

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
ANDRÉIA AMORIM DA SILVA

**VIDAS NA ILEGALIDADE: RELAÇÕES DE GÊNERO NA
CLANDESTINIDADE NAS DITADURAS MILITARES DO BRASIL E DO
CHILE (1964-1990)**

FLORIANÓPOLIS

2017

ANDRÉIA AMORIM DA SILVA

**VIDAS NA ILEGALIDADE: RELAÇÕES DE GÊNERO NA
CLANDESTINIDADE NAS DITADURAS MILITARES DO BRASIL E DO
CHILE (1964-1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de
título de bacharelado e licenciatura em História pela
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joana Maria Pedro

FLORIANÓPOLIS

2017

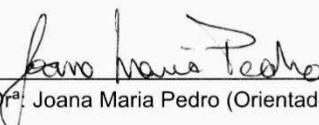


Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezete , às 10 horas e 00 minutos, no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof^ª. Dr^ª: Joana Maria Pedro (Orientador(a) e Presidente); Eloisa Rosalen (Titular); Prof^ª. Dr^ª: Cristina Scheibe Wolff (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 20/HST/CFH/2017, a fim de arguirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Andréia Amorim da Silva, intitulado: **“Vidas na ilegalidade: relações de gênero na clandestinidade nas ditaduras militares do Brasil e do Chile (1964-1990)”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof^ª. Dr^ª: Joana Maria Pedro, nota 9 (nove), Eloisa Rosalen, nota 9 (nove) Prof^ª. Dr^ª: Cristina Scheibe Wolff, nota _____, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 9 (nove). A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 06 de julho de 2017. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 29 de junho de 2017

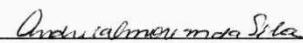


Prof^ª. Dr^ª: Joana Maria Pedro (Orientador(a))



Eloisa Rosalen (Titular)

Prof^ª. Dr^ª: Cristina Scheibe Wolff (Suplente)



Andréia Amorim da Silva (Acadêmica)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Andréia Amorim da Silva, matrícula n.º12201540, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Vidas na ilegalidade: Relações de gênero na clandestinidade nas ditaduras militares do Brasil e do Chile (1964 – 1990), com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 03 de Julho de 2017.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "Joana Maria Fedus".

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina e ao CNPq, pelo espaço e financiamento para que essa pesquisa pudesse ser feita. E que mais nenhum corte seja feita para que futuras estudantes possam ter as mesmas ou melhores oportunidades. Agradeço a minha orientadora Prof^a Dra^a Joana Maria Pedro por todo ensinamento e paciência durante esses anos, e em como os encontros semanais foram de extrema importância para minha formação. E o Laboratório de Estudos de Gênero pelas ótimas leituras nas reuniões.

Agradeço a minha família, minha mãe Marlete Amorim da Silva e meu pai Adilson Adenâncio da Silva, apoiar minha mudança de curso para entrar para o curso de História, obrigada por acreditarem em mim, pois sem vocês, hoje eu não conseguiria estar realizando mais esta etapa da minha vida, meu amor e agradecimento a vocês, é infinito. Agradeço também a meu irmão Anderson, minha cunhada Marilu e ao meu sobrinho manhoso Davi.

Gustavo Tiengo Pontes, meu companheiro e amor da minha vida, obrigada por esses três anos, por todo carinho, apoio, por me ajudar com os textos de aula quando algo não parecia tão claro, pelas leituras desse trabalho, pelo apoio nas minhas escolhas e por me fazer crescer tanto. E que continue assim por muitos e muitos anos.

Agradeço a Bruna, Carla, Diogo, Larissa, Leonardo e Stela, obrigada pelas risadas e ensinamentos desde o primeiro dia de aula, pelas conversas no grupo. Peço desculpa por nem sempre estar presente, e sempre ter alguma desculpa para não sair, tentarei estar mais com vocês a partir de agora. Meu agradecimento também para Arielle Rosa Rodrigues, pela ajuda nas traduções e diversas dúvidas. Agradeço a todas e todos que de alguma maneira fizeram e fazem parte da minha vida. Obrigada!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar de maneira comparada como se dava as relações de gênero nas ditaduras militares no Brasil (1964 – 1985) e no Chile (1973 – 1990). A partir da análise de entrevistas, livros de memória e relatos presentes em documentários foi possível constatar que durante a clandestinidade homens e mulheres se utilizaram de diferentes táticas para conseguirem sobreviver, na qual tiveram diversas maneiras de ser clandestino/a e passaram por muitas dificuldades. No entanto, as mulheres que participaram dos grupos de oposição não recebiam o mesmo tratamento que os homens, portanto as relações de gênero não eram igualitárias. Em ambos os países pouco foram as mulheres que exerceram cargos de liderança, e não eram reconhecidas como iguais em sua importância ou capacidade de luta política.

Palavras –chave: Gênero, Clandestinidade, Brasil, Chile, Ditadura Militar

ABSTRACT

This work's objective is to investigate in a comparative way the gender relations in the military dictatorships in Brazil (1964-1985) and Chile (1973-1990). Based on the analysis of interviews, memory books and reports in documentaries, it was possible to determine that during the clandestinity men and women used various tactics to survive and that there were many difficulties and different manners to live in the clandestinity. However, women who participated in the oppositional groups did not receive the same treatment of men; therefore, there were no equalitarian gender relations. In both countries, few women acted in leadership positions and they were not recognized as equal in their relevance or capacity of political struggle.

Keywords: Gender; Clandestinity; Brazil; Chile; Military Dictatorship

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5 – Ato Institucional número 5

AP – Ação Popular

CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

DINA - Dirección de Inteligencia Nacional (Direção de Inteligência Nacional)

DOI - Destacamento de Operações de Informação

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FER – Frente de Trabajadores Revolucionarios (Frente de Trabalhadores Revolucionários)

FTR – Frente de Estudiantes Revolucionarios (Frente de Estudantes Revolucionários)

LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero de História

MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria (Movimento de Esquerda Revolucionária)

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OBAN – Operação Bandeirantes

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PT – Partido dos Trabalhadores

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAR – Palmares – Vanguarda Armada Revolucionário Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

| | |
|--|-------|
| Introdução | p. 10 |
| Capítulo 1 Repressão e luta nas Ditaduras no Brasil e no Chile: ações e a vida na clandestinidade | p. 17 |
| 1.1 Como ser e estar na clandestinidade: diferentes maneiras | p. 19 |
| 1.2 Táticas de sobrevivência na clandestinidade..... | p. 24 |
| 1.3 Algumas das dificuldades dessa escolha | p. 29 |
| Capítulo 2 Gênero e Clandestinidade no Brasil e no Chile: um estudo comparado | p. 33 |
| 2.1 Relações de gênero nos grupos de esquerda na clandestinidade: a participação política das mulheres..... | p. 34 |
| 2.2 Tarefas na clandestinidade: as relações de gênero nessas atuações..... | p. 40 |
| Conclusão | p. 48 |
| Fontes | p. 50 |
| Referências Bibliográficas | p. 52 |

Introdução

Meu primeiro contato com os estudos de gênero e clandestinidade no Cone Sul teve início em 2014 no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), quando tive a oportunidade de participar como bolsista PIBID do projeto “*Vidas Clandestinas: Relações de gênero na clandestinidade, um estudo comparativo no Cone Sul sobre apropriações de teorias feministas (1960-2008)*”, tal projeto consistia em compreender as ditaduras nos países do Cone Sul, o que estimulava o diálogo e a comparação com outras realidades que passaram por regimes militares. Em um primeiro momento continuei uma pesquisa em andamento intitulado “Trajetórias Clandestinas – Mulheres Indígenas no Brasil, Paraguai e Bolívia”, e em 2015, “Clandestinidade no Chile e no Brasil: um estudo comparativo dos anos 70”, e em 2016 “Mulheres Clandestinas: um estudo comparado sobre a clandestinidade das mulheres no MIR e na AP”, orientados pela Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro, e com o apoio do CNPq.

Este projeto teve início em 2013, quando professoras, graduandas, mestrandas e doutorandas, passaram a desenvolver pesquisas relacionadas ao tema. O projeto teve o intuito analisar as relações de gênero nas clandestinidades no Cone Sul entre os anos de 1960 e 1990, que abarcam países como Brasil, Chile, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. Dentre as discussões, foi abordada as maneiras pelas quais as pessoas narram o período vivido e, também, como os aparatos repressivos nomeiam e classificam as pessoas na clandestinidade.¹

O período histórico da ditadura militar sempre me deixou muito interessada, mas foi somente quando iniciei as pesquisas junto ao LEGH que percebi como podemos dar um novo olhar para o período pensando nas pessoas que precisaram viver de maneira clandestina para sua sobrevivência, assim como perceber nesses espaços que as relações de gênero que ali existiram foram importantes. Nisso, pude perceber também como as entrevistas são de extrema relevância para conhecer e entender esses momentos, já que não existem documento que registraram tal vivência, o que permaneceu apenas na memória dos/as que viveram

Nessa pesquisa investigou-se as ditaduras militares do Brasil e do Chile, com o intuito de pensá-las de maneira comparada no que tange às relações de gênero vividas

¹Para saber mais sobre o projeto, Lattes da Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro: Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780737A2>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

pelas pessoas que lutaram de forma clandestina contra esses regimes. Maria Ligia Coelho Prado ressalta que são poucos/as os/as pesquisadores/as que produzem estudos sobre história comparada na América Latina, “mas creio que tal comparação é rica em potencialidades e contribuiria para a reflexão sobre novos problemas e questões”. (PRADO, 2005, p.29). Nisso, com relação às ditaduras, cada país terá suas particularidades, o modo como foi articulado seu golpe, os órgãos de repressão, a política interna, os grupos de esquerda, as ações da militância, etc. Mas é interessante pensar que esses países estão em momento histórico comum, onde influências externas coexistem, há similaridades sociais como a força do patriarcado, da religião, do machismo, mas também de luta das mulheres etc. Portanto, quando se procura perceber as relações de gênero e entender essas influências, muitas questões podem ser relacionadas.

Antes de mais nada, algumas palavras devem ser escritas sobre como foram as ditaduras militares do Brasil e do Chile. Vale destacar que ambas iniciaram através de golpes que contaram com o apoio de diversos grupos da sociedade civil, podendo ser chamados de golpes civil-militar. Carlos Fico aponta que o golpe civil-militar² no Brasil teve início em 31 de março de 1964, quando o presidente João Goulart foi deposto. (FICO, 2014, p.7). Além de vários fatores internos, o autor evidencia que durante os anos anteriores ao golpe, os Estados Unidos da América apoiaram e patrocinaram uma campanha contra o presidente, a fim de desestabilizá-lo, pois achavam que ele não era apto para governar o país. (FICO, 2014, p. 30-31), por último, deve-se lembrar que vivia-se o período da chamada Guerra Fria em que havia forte polarização no mundo entre adeptos do capitalismo contra os comunistas, representada pela União da Repúblicas Socialistas Soviética-URSS.

Sobre a ditadura do Chile, ela se iniciou oficialmente no dia 11 de setembro de 1973 com o ataque ao Palácio La Moneda contra o presidente eleito Salvador Allende do Partido Socialista. No livro “A Revolução Chilena”, Peter Winn destaca que o Chile desde a eleição de Allende em 1970, - assim como Brasil anos antes do golpe -, vivia uma guerra velada com os Estados Unidos. Este país atuava contra o modelo governamental do Chile, tendo como apoio grupos da elite chilena e líderes políticos de oposição que viram nos quartéis um refúgio e um golpe militar como alternativa

² Nas palavras de Carlos Fico “(...) é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas.” (2014, p. 9)

(WINN, 2010, p.21). Uma vez deferido o golpe que alçou Augusto Pinochet ao poder como ditador, a sua ditadura “não seria ‘nem branda nem breve’. Seu governo autoritário e Estado de terror duraria mais de dezesseis anos”. (WINN, 2010, p.182)

Uma das diferenças mais visíveis entre esses dois regimes decorre de que na Ditadura Chilena havia o comando de Augusto Pinochet por todo o período ditatorial, já no Brasil houve a sucessão de diferentes presidentes em “eleições”³. Apesar de ser possível afirmar, ou em modo geral, que o período ditatorial brasileiro foi marcado pela repressão, censura e violência, também se pode dizer que houve um aprofundamento da repressão a partir do Ato Institucional nº 5 AI-5 em 1968. Segundo Carlos Fico, “O AI-5 tornou o regime uma indiscutível ditadura, reabriu a temporada de punições e serviu de base para a montagem dos aparatos que constituíram a repressão política” (FICO, 2015, p.67). No caso chileno, já no início a violência era direcionada a qualquer um que resistisse ao golpe, com a lista de “subversivos” sendo lidas nas rádios e estimulando as denúncias anônimas. Peter Winn ensina que no dia seguinte ao golpe

suspenderam a Constituição chilena, fecharam o Congresso, baniram todos os partidos de esquerda e suspenderam até mesmo os partidos do centro e da direita, que haviam apoiado o golpe. Foi estabelecida uma censura rígida da imprensa e dos meios de comunicação, e foram proibidas eleições de qualquer tipo em qualquer instituição, (...) assim como reuniões de mais de três pessoas sem permissão da polícia. Foi declarado estado de sitio e determinado um rígido toque de recolher. O Chile, a democracia modelo da região, famosa por suas diferentes visões políticas e liberdade de expressão e de imprensa, da noite para o dia tornou-se uma ditadura militar e um Estado policial. (2010, p.182)

Apesar da violência e perseguição aos opositores, considerados “inimigos da pátria a ser combatidos”, houve muitas pessoas que arriscaram sua vida, sua família e muito mais para combater as ditaduras por seus ideais. Muitos e muitas se organizaram

³ Sobre as eleições no período ditatorial brasileiro, Carlos Fico afirma que “Esse rodízio de generais na Presidência da República confere certa singularidade à ditadura militar brasileira quando comparada com outras ditaduras latino-americanas, marcadas pela presença de um único ditador no poder em todo o período (...)”. (2015, p.90) Além disso, as eleições para a Presidência eram indiretas e nem sempre se deram da mesma maneira, Carlos Fico traz algumas informações sobre as eleições: “(...) Castelo Branco havia sido escolhido pelos vitoriosos de 1964 e confirmado pelo Congresso Nacional depurado. Costa e Silva impôs-se como candidato contra a vontade de Castelo e também foi confirmado pelo Congresso Nacional. Com sua doença, foi substituído pela Junta Militar, em agosto de 1969, que depôs o vice-presidente civil e udenista Pedro Aleixo. A junta governou por apenas dois meses e comandou um processo de consulta entre oficiais-generais que chegou ao nome de Médici, também confirmado pelo Congresso Nacional. Foi nesse contexto que se criou o Colégio Eleitoral. Esse órgão referendaria a escolha de Geisel e de seu sucessor, o general João Figueiredo (indicado por Geisel), além do presidente civil que encerraria o ciclo de governos militares, Tancredo Neves”. (2015, p.90).

em grupos durante a Ditadura ou também, grupos já organizados anteriormente às Ditaduras engajaram-se na oposição, que poderia ser de diferentes naturezas: através de guerrilhas, entre aqueles/as que acreditavam na luta armada para derrotar a repressão e implantar o socialismo no país; pela propaganda e outras ações mais pacíficas que pretendiam também alcançar esses objetivos. Nesse ponto, é importante ter em vista que a existência de muitos grupos pode significar que houve uma intensa oposição, mas também que esses nem sempre dialogavam ou acreditavam que poderiam alcançar seus objetivos da mesma maneira⁴.

A fim de discutir como se davam as relações de gênero na clandestinidade, é necessário compreender alguns aspectos sobre a clandestinidade. Sobre esse tema, destaca-se o estudo de Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes (que atuou de maneira clandestina na oposição à ditadura militar brasileira) que, ao discutir o caso brasileiro, afirma que uma vez desferido o golpe:

A clandestinidade tornou-se uma contingência, num primeiro momento, única possibilidade de defesa e de sobrevivência do militante localizado pela repressão. *Cair na clandestinidade*, de início era sair da cena legal. Era uma defesa da própria vida e da própria Organização. Tornar-se clandestino e permanecer clandestino, durante 5 anos, 10 anos ou mais, foi mais do que uma alternativa de sobrevivência, envolveu uma escolha, uma escolha que não era livre, porque era uma escolha dentro de uma situação de catástrofe política. (ARANTES, 1999, p.69 / grifos da autora)

No que pude perceber nas análises das fontes utilizadas ao longo dessa monografia, a fala de Arantes consegue contemplar a clandestinidade dos/as militantes chilenos, que também tiveram essa “escolha” para se manter no país e para lutar contra a ditadura. O estudo de Arantes levanta muitas questões sobre a clandestinidade e tem sido referenciado como uma bibliografia importante para trabalhar com esse assunto. Um estudo específico, que dialoga com as discussões de Maria Auxiliadora Arantes, sobre a clandestinidade e relações de gênero no Brasil é o Trabalho de Conclusão de Curso de Musa Santos que analisa de maneira comparada a trajetória clandestina de duas mulheres que participaram da Ação Popular a partir de memórias orais e escritas (SANTOS, 2015).

As fontes que foram utilizadas para a construção desse trabalho são entrevistas, livros de memória e documentários. Assim, é importante levar em consideração que

⁴ Sobre grupos brasileiros, cf. estudo específico sobre esse tema: (REIS FILHO; SÁ, 2006). Sobre os grupos chilenos cf. bibliografia citada ao longo do trabalho.

estas fontes partem de memórias, o que demanda uma discussão sobre esse tema. Philippe Joutard expõe algumas diferenças entre a memória e a história, ao evidenciar como ambas possuem em comum a ligação com o passado, mas de maneira distinta. O autor, além de afirmar existir uma relação afetiva e direta com o passado através da memória - ou seja, sabe-se que pessoas podem esquecer o que ocorreu, que podem embelezar o passado em uma construção de si etc. - levanta o debate sobre aproximações entre história e a memória, pois, existem aspectos insubstituíveis ao se fazer uso de testemunhas, o que não quer dizer que não se tenha em vista o caráter construído da memória, suas fraquezas e instrumentalizações possíveis. Nas palavras do próprio autor:

(...) a história não pode ser a ressurreição integral do passado, mas a memória pode lhe fornecer o fio de Ariadne, o vínculo carnal do qual ela, ainda assim, tem necessidade para tornar o passado inteligível. Ela o faz escutar outras vozes que iluminam os fragmentos de realidades passadas (JOUTARD, 2007, p.234).

Assim, a partir de suas considerações, deve-se levar em conta que memórias não devem ser vistas como “aquilo que aconteceu”, mas sim como fontes construídas com diferentes intenções, dentre elas a de apresentar e selecionar determinada versão do que ocorreu a partir da perspectiva da pessoa que está relatando. É possível aproximar esse debate do que o autor Jacques Le Goff discorre sobre todo documento ser um monumento, isto é, todo documento “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. (1990, p. 547-548)

Esse estudo tem como categoria principal de análise o gênero, sobre essa categoria apoia-se nas considerações de Joan Scott. Nas palavras da autora:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990, p.86)

Ou seja, não existe uma “natureza masculina” ou uma “natureza feminina”, mas sim construções sociais e culturais que devem ser localizadas em determinado espaço e

tempo junto às suas dinâmicas sociais particulares, nas quais oferecem hierarquias de poder.

De qualquer forma, vale mencionar algumas características sobre as mulheres nesse período, no caso brasileiro, segundo Joana Maria Pedro,

O processo acelerado de urbanização – iniciado uma década antes e intensificado a partir dos anos 1970 – fez das mulheres personagens visíveis em diversos espaços públicos. Entre outros, a presença feminina aumentou nas universidades e nos empregos formais. Os rostos femininos também eram nítidos nas manifestações de rua, como comprovam as fotos dos jornais da época. (PEDRO, 2012, p. 239)

O estudo da atuação de pessoas pertencentes a grupos de oposição à ditadura a partir da categoria gênero deve levar em consideração que nas ditaduras do Cone Sul a repressão assumiu especificidades de gênero, conforme Elizabeth Jelin ensina. Foram diferentes os impactos em relação aos homens ou às mulheres, o que pode ser explicado por suas posições diferenciadas no sistema de gênero, o que implicou em experiências e relações sociais hierárquicas distintas. (JELIN, 2002, p.100). Isso foi observado em diferentes momentos a partir da análise das fontes presentes nesse estudo.

A partir desses parágrafos iniciais, apresentarei como este trabalho está estruturado. No primeiro capítulo intitulado “Repressão e luta nas Ditaduras no Brasil e no Chile: ações e a vida na clandestinidade”. Analisei as diversas maneiras de estar na clandestinidade, através de seus níveis, ou seja: algumas pessoas viveram em uma semi clandestinidade e outras na completa clandestinidade, assim, precisaram trocar suas vidas completamente. Focalizei, também, algumas dificuldades, que tiveram por estar nesta situação, como nomes e distanciamento das famílias. Também discuti sobre táticas de sobrevivência, o que poderiam fazer para não serem descobertos, além problematizar casos em que membros da repressão também atuaram de maneira clandestina. Meu objetivo maior foi construir a complexidade de atuar na clandestinidade durante esse período, nesses países.

No segundo e último capítulo intitulado “Gênero e Clandestinidade no Brasil e no Chile: um estudo comparado”, tive por escopo analisar as relações de gênero na clandestinidade dos períodos ditatoriais. Analisei a partir de algumas vivências como era a participação política das mulheres nos grupos em que estavam inseridas, se exerciam cargos de liderança, se estavam em um número significativo e como eram tratadas nesses espaços e quais tarefas exerciam. Analisei também como a repressão

observava as mulheres, e como isso auxiliou em alguns momentos para que as mesmas escapassem da prisão, já que em determinadas situações não eram vistas como ameaça.

Capítulo 1 – Repressão e luta nas Ditaduras no Brasil e no Chile: ações e a vida na clandestinidade

O objetivo desse capítulo é trazer e analisar casos de pessoas que viveram na clandestinidade nas ditaduras do Brasil e do Chile. É difícil construir um padrão ou um modelo do que poderia ser um/a clandestino/a ou ações que se entenda como dessa natureza. Necessidade ou escolha? Muitos/as entram nessa situação porque se viram encurralados ou optaram pela clandestinidade para continuar na luta contra as ditaduras. De qualquer forma, um aspecto que não deve ser esquecido ao se estudar esse tema é que toda pessoa nessa situação buscava a sobrevivência e a luta por seus ideais, no caso daqueles/as que se opunham aos regimes ditatoriais.

Estar clandestino/a está de alguma maneira relacionado com perseguições e privações da liberdade de expressar seus ideais, tanto políticos como pessoais. No caso desse estudo os perseguidores são associados às ditaduras militares do Brasil (1964-1985) e do Chile (1973-1990), é necessário ter em vista que ambos os regimes foram marcados pela repressão, autoritarismo e por ignorar direitos humanos, tendo como ferramenta de combate e de obtenção de informação as prisões e torturas de militantes. No caso da ditadura do Brasil, apesar de desde o seu início terem ocorrido prisões e mortes, destaca-se o Ato Institucional número 5⁵ do final de 1968 que aprofundou a violência, ou seja, aumentando as perseguições, prisões e mortes. Apesar da recorrência dessas ações contra a resistência houve um aperfeiçoamento do sistema repressivo em 1969 com a criação da Operação Bandeirante (OBAN) que, segundo Mariana Joffily:

reunia elementos provenientes das três forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), do DOPS⁶, do SNI⁷, do DPF⁸ e da Secretária de Segurança Pública (Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil)⁹. Sua missão consistia em “identificar, localizar, e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam”¹⁰. O novo órgão não foi legalmente oficializado (JOFFILY, 2013, p.42).

⁵ Sobre esse assunto cf. *FGV CPDOC. Fatos e Imagens: O AI-5*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em 01 de junho de 2017.

⁶ Departamento de Ordem Política e Social.

⁷ Serviço Nacional de Informação.

⁸ Departamento da Polícia Federal.

⁹ *A subversão e o terrorismo em São Paulo, 17/8/1970*. Dossiê 50-z-9, 86, 16084, fl.12.

¹⁰ *Ibidem.*, fl. 5.

Ainda segundo Joffily, a necessidade da OBAN decorre de se considerar a contestação política e social dessa fase da ditadura um perigo específico e importante, isto é, atentar-se ao combate às organizações de esquerda pressupõe que essas pudessem por em risco determinado estado das coisas. (JOFFILY, 2013, p.43)

Com diferenças e similaridades a ditadura militar do Chile, também caminhou sob forte período de grande repressão desde o seu início. Diferente do Brasil, no Chile, em seu segundo dia de ditadura, segundo Peter Winn.

suspenderam a constituição chilena, fecharam o Congresso, baniram todos os partidos de esquerda e suspenderam até mesmo os partidos do centro e da direita, que haviam apoiado o golpe. Foi estabelecida uma censura rígida da imprensa e dos meios de comunicação, e foram proibidas eleições de qualquer tipo em qualquer instituição, até mesmo em clubes esportivos de adolescentes, assim como reuniões de mais de três pessoas sem permissão da polícia. Foi declarado estado de sitio e determinado um rígido toque de recolher. O Chile, a democracia modelo da região, famosa por suas diferentes visões políticas e liberdade de expressão e de imprensa, da noite para o dia tornou-se uma ditadura militar e um Estado policial. (WINN, 2010, p.182)

Assim como o Brasil o Chile também em sua ditadura militar organizou um aparato repressivo, ou seja, uma organização vinculada ao governo que tinha como objetivo buscar informações sobre militantes e seus grupos. Peter Winn em seu livro evidencia uma conversa que teve no Chile durante esse período.

Mesmo depois de terminada a resistência ativa ao golpe e de consolidada a ditadura, sua campanha de terror continuou. Em dezembro de 1973, um oficial chileno se aproximou de mim em uma coletiva de imprensa e me disse que estavam saindo da “*matanza massiva*” (assassinato em massa) para a “*matanza selectiva*” (assassinato seletivo). Hoje está claro que essa fala cínica referia-se à formação, por Pinochet, da Direção e Inteligência Nacional (DINA), que a inteligência dos Estados Unidos chamava de “Gestapo Chilena”. (WINN, 2010, p.185-186/grifo do autor)

Sendo assim, as duas ditaduras com a criação de suas organizações repressoras tinham como objetivo capturar militantes em busca de informações para eliminar seus líderes – como Marighella e Miguel Enriquez – a fim de acabar com a resistência. Dessa maneira, a clandestinidade era inevitável, pois quem desejava e conseguiu se manter no país de origem com o intuito de livrá-los dos repressores, tinha essa maneira de vida para conseguir se esconder.

Ao longo deste capítulo serão analisados alguns relatos, seja de entrevistas, livros de memória ou documentários sobre militantes de resistência às Ditaduras militares do Brasil e do Chile, que de alguma maneira viram-se na necessidade de entrar na vida clandestina, seja de maneira integral ou não. É preciso destacar que a repressão também utilizava da prática da clandestinidade para suas ações ilegais, como os centros de tortura, sequestros e a presença de infiltrados em grupos de oposição. Clandestinidade, semi clandestinidade, repressão clandestina, várias são as maneiras de ser e estar na clandestinidade. Muitas são as maneiras de agir, as diferentes situações e as características para identificar alguém que de alguma maneira precisou estar na clandestinidade. Conforme foi escrito, portanto, ao longo das páginas que seguem, serão problematizadas algumas formas de clandestinidade a que tive contado durante esta pesquisa.

1.1 Como ser e estar na clandestinidade: diferentes maneiras

O que pude observar durante as minhas leituras e entrevistas que tive acesso foi como puderam existir várias maneiras de atuar na clandestinidade, ou seja, apenas usar seu nome dentro de determinado grupo, ou até precisar trocar seu rosto, maneira de vestir e agir podem ser exemplos de estar clandestino/a. Vale ressaltar que a relação do envolvimento político do/da militante pode ou não estar relacionada com a sua clandestinidade, ou seja, se sua clandestinidade é baseada apenas em usar o nome em determinado grupo, ou precisa trocar totalmente sua vida, não quer dizer que a pessoa é mais ou menos importante no seu grupo ou que tenha tido um maior grau de engajamento político. Essas maneiras variavam muito de acordo com a necessidade, como no caso de quanto você está sendo visado pelo regime militar ou se está em um período mais repressivo e violento, por exemplo.

Início então com a entrevista da qual participei da elaboração. O entrevistado foi o militante catarinense José dos Reis Garcia, do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹¹, e também um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)¹² do Paraná e do Partido dos Trabalhadores (PT)¹³. Foi preso e torturado em

¹¹Partido Comunista Brasileiro, criado em 1922.

¹² Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, resultou da luta interna no interior do PCB, intensificada em 1965. (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 205)

¹³ Partido dos Trabalhadores

1969, até ser enviado para a prisão de Blumenau. Quando perguntado sobre sua clandestinidade, nome utilizado e onde era conhecido dessa maneira, José (JG) responde a entrevistadora Joana Maria Pedro (J):

J – Sempre Felipe, nas organizações.

JG - Não, no PCBR, usava dentro do PCBR, fora do PCBR eu não usava nada.

J – Tu eras José Garcia. (GARCIA, 2016, p.18)

Nesse pequeno trecho da entrevista o mesmo diz que apenas quando estava em reuniões ou com pessoas do PCBR usava o seu nome clandestino, no caso, Felipe. Quando chegava em casa, com seus amigos e familiares, ou no trabalho, essas pessoas iriam reconhecê-lo pelo seu nome de batismo, José. Sendo assim, pode ser considerado como uma semi clandestinidade, ou seja, apenas usava esse nome em espaços de militâncias, o que o fez continuar tendo sua vida normal fora da organização. Isso pode estar relacionado com a ideia de você sempre manter seu nome em sigilo, pois nunca sabe quando alguém do seu meio da militância poderia ser preso, e em meio a interrogatórios e torturas o seu nome não seria revelado, e se acontecesse, não chegaria até o mesmo. É possível dizer, portanto, que essa era uma tática de sobrevivência desse período.

Algo que também poderia acontecer em relação à clandestinidade, é quando apenas uma pessoa de um casal tem participação na resistência, ou mantém uma militância política. Como no caso de Lucia Helena Schulte do Rio Grande do Sul, companheira de Inácio Mafra, militante da Ação Popular (AP)¹⁴, nascido em Brusque, que concederam uma entrevista ao LEGH. Lucia era uma estudante quando conheceu Inácio, e não estava relacionada com nenhum grupo político durante a ditadura militar. Mas, por consequência do envolvimento de seu companheiro, os militares sempre estavam a sua procura para ter informações que pudessem levar até ele. Mesmo não sabendo, e pelo medo de ser presa e torturada entrou na clandestinidade. Quando questionada durante a entrevista sobre como entrou na clandestinidade, Lucia respondeu,

E foi quando ele teve que fugir e [me] sugeriu: “Então tu também, pra tu não ser pega”. E eu não, na verdade eu não tinha feito assim nada, nenhuma ação, nada assim... Quer dizer, eu não era, eu não tinha atuado. Ação, militância política, inclusive eu era muito assim ingênua

¹⁴ Ação Popular, formada a partir dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), constituiu-se em fevereiro de 1963 em Salvador. (REIS FILHOS, SÁ, 2006, p. 49)

em tudo, então fui no rolo... E quando já estava com outra identidade, minha nossa! Pra mim foi muito difícil, ele até encarou com naturalidade, tanto que ele até já passou por tortura mas pra mim foi muito chocante!(SCHULTE, 2015, p. 33)

Provavelmente nenhuma pessoa estava preparada psicologicamente para viver na clandestinidade, pois implicava, por segurança, em não ter mais contato com a família, ter dificuldades para estudar, ter um emprego, e sempre ter a necessidade de ficar alerta com tudo que se falava ou alguma história que contava. Mas quando alguém já estava inserido nesse meio político, já sabia que de alguma maneira isso poderia vir a acontecer, então, já conhecia algumas táticas, como agir e viver na clandestinidade, sendo algo extremamente mais complicado para alguém como Lúcia que não sabia ou imaginava que isso poderia lhe acontecer. Tendo em vista esses dois casos levantados, é possível ter algumas ideias iniciais sobre a complexidade que era estar na clandestinidade, e como isso poderia mudar para cada situação, que tere as suas particularidades.

Nesse sentido, quando queremos explicar para alguém como é alguma pessoa, o que vem em mente são suas características físicas e sua maneira de agir. Pensamos na cor do cabelo, se é curto ou tem alguma falha, cor da pele, altura, se tem um jeito particular de andar, fala com algum sotaque, e se tudo for bem explicado, facilmente reconheceria essa pessoa se lhe fosse apresentada. E essa era uma das maneiras que a repressão reconheceria alguém, era isso que precisava ser mudado por um/a clandestino/a. Neste caso temos o exemplo do militante Bruno Dauster um dos fundadores do PCBR e do PT e uma das setenta pessoas que durante a ditadura militar foram trocadas como condição da soltura do então sequestrado embaixador suíço. Na sua fala, no documentário “70” sobre um momento da sua clandestinidade, ele diz:

Essa é a cara que eu normalmente usava na Europa, é uma cara normal, e aí quando viajava para fora, clandestino do clandestino, porque esse aqui é clandestino que comecei a usar depois. Mas aí eu mudava de novo, eu to indo para uma viagem e me visto todo para coisa, um terno de veludo, uma camisa, uma gravata, e eu raspei um pouco, aqui eu raspava todo dia de manhã a entrada que muda muito você ter uma careca aqui na frente. Mudei a cara toda, bigode, tudo, com touca para o cabelo ficar liso, Vera fazia tudo. E quando eu to pronto, que eu vou para o aeroporto eu saí e bato de cara com um espelho e levo um susto, “aí tem alguém aqui!”, “não, não, o alguém aqui sou eu”, não é ninguém, é o imbecil que ainda não era acostumado com a cara.(DAUSTER, 2013, 1:09:37 – 1:10:28)

Não sei ao certo a pergunta que lhe foi feita para chegar nessa fala, mas penso que estava relacionada aos seus documentos clandestinos. Destaco a importância que Bruno dava para trocar de roupa para viajar, dando-lhe um ar mais sofisticado, raspar a cabeça para ter uma calvície, assim mudando seu formato do rosto e cabelo, poderia até lhe dar aspecto de mais idade. Quanto diz que levou um susto com a sua nova aparência diante do espelho, mostra que essa troca de corte de cabelo, barba, e mudança de roupa, de alguma maneira, mostra como faziam e o que era necessário para se parecer com outra pessoa, e que isso, de alguma maneira, também poderia ser trabalhoso de se aceitar, isto fazia parte das dificuldades de assumir uma nova identidade.

Esses exemplos escolhidos dentre muitos outros para exemplificar um pouco da vida clandestina, está relacionado com pessoas que por algum motivo, escolha própria ou necessidade, iniciaram esta etapa na vida: ser clandestino/a por ser militante antes da ditadura, ou durante e também acompanhando seus/suas companheiros/as. Mas as ditaduras são longas e cruéis durante todo o período, intercalando com períodos de maior ou menos repressão, a do Brasil durou 21 anos e do Chile 17 anos, o que faz com que o/a militante que se manteve no país de origem ficasse por muito tempo na clandestinidade e, como qualquer ser humano, essa pessoa tem sentimentos e algum momento pode acabar conhecendo um companheiro/a durante essa jornada, e muitas vezes uma gravidez era algo comum.

Essa criança acabaria sendo gerada e nasceria também na clandestinidade, onde seu pai e sua mãe não teriam o nome de nascimento, sendo assim, essa criança também teria a necessidade de ter outro nome. Como Olivia Joffily do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)¹⁵ fala quando é perguntada de um trabalho para seu grupo político na clandestinidade. “Eu até casei com meu companheiro com outro nome. E a Mariana também foi registrada com outro nome.” (JOFFILY, 2009, p. 9)

Mariana é sua filha que nasceu durante a clandestinidade e por isso teve que ter outro nome. O que, ao meu ver, é muito interessante, porque quando nasce a criança não é conhecida por ninguém, mas Olivia fez questão de não colocar o nome que ela escolheu para Mariana durante a clandestinidade.

Assim também foi a escolha de Derlei Catarina de Luca, militante catarinense da AP, quando fala de seu filho.

¹⁵ Para saber mais (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 33-48)

O meu filho tem três certidões de nascimento, por isso que eu fiz o processo, porque aí tinha que decidir... A sorte do meu filho é que em todas as vezes o nome dele era José Paulo, mas mudava o nome do pai, mudava o nome da mãe, uma hora ele não tinha pai, entende? (DE LUCCA, 2015, p. 9)

Percebe-se que a preocupação com o nome da criança ocorria em mais de um caso, por uma necessidade de segurança, o nome da criança poderia mudar de acordo com a troca de nome do/a militante durante esse período. Derlei ainda mostra uma preocupação de manter uma identidade comum para filho, a partir da utilização do mesmo nome, apenas o nome dos pais difere, mostrando uma preocupação para facilitar o seu crescimento, para não sofrer algo como uma crise de identidade, o que poderia colocá-la em risco também.

Até o momento quis trazer um pouco dos muitos exemplos de clandestinidade da resistência, mas não foi apenas esse lado das ditaduras militares que se utilizaram da ação clandestina, a repressão utilizava deste recurso para fazer suas ações que deveriam se manter fora da legalidade e longe dos olhos da população em geral, da imprensa internacional, etc. Centros de repressão, tortura, seqüestros e prisões aconteciam de maneira clandestina. No livro de Mariana Joffily “No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo 1969-1975” a autora discute a questão dos espaços clandestinos de tortura.

Em outubro de 1970, Joaquim Câmara Ferreira – conhecido como “Toledo” -, primeiro homem da ALN¹⁶ após a morte de Carlos Marighella, foi preso e morto por agentes do DOPS, que não haviam avisado o DOI sobre suas investigações. Toledo foi levado para o sítio clandestino onde Fleury interrogava com mais liberdade os militantes políticos presos por seus agentes. Na “Fazenda 31 de Março”, nome do centro clandestino de torturas, estavam outros militantes. (JOFFILY, 2013, p. 64)

Joffily também apresenta alguns codinomes utilizados pelos agentes da repressão.

As operações e as atividades eram realizadas em completo sigilo, o uso de codinomes era obrigatório. Mais do que isso, costumava-se utilizar o mesmo codinome para indivíduos diferentes, com o intuito de impedir a identificação dos agentes. Nomes como “Ubirajara”, “Tibiriçá” ou “Guimarães” encobriam mais de um oficial do DOI. (JOFFILY, 2013, p. 70)

¹⁶Ação Libertadora Nacional, surgiu na luta interna no PCB. (REIS FILHOS, 2006, p.263)

O medo da identificação parecia ser algo de ambos os lados, não quer dizer que eram pelo mesmo motivo, a resistência usava esse método para sobrevivência, não ser preso, torturado/o, ou morto nas mãos dos agentes repressivos. Diferente da repressão que seu medo poderia estar relacionado com o “depois” caso acabasse a ditadura, talvez por vergonha, ou pensavam que sabendo seus nomes haveria retaliação, ou seja, militantes iriam se vingar deles ou da família.

Essas citações e análises que trouxe é uma pequena parte selecionada para discutir várias maneiras que pude observar sobre a clandestinidade, ela não é padronizada, nem tem uma maneira certa de agir ou estar nessa situação. Muitas outras maneiras poderiam ser citadas aqui, muitas também desconheço, mas a importância de perceber como esse tema é algo delicado de pesquisar, porque nem sempre o clandestino/a está na resistência, e também não é de fácil percepção, pois às vezes um pequeno detalhe, um nome trocado, um cabelo pintado pode significar uma ação clandestina.

1.2 Táticas de sobrevivência na clandestinidade

Viver na clandestinidade provavelmente não era uma tarefa fácil, sempre era preciso ficar alerta, ou seja, atentar-se a qualquer detalhe ou mudança que ocorria durante esta situação. Saber aonde ir, como falar, o que precisava ser observado quando chegava ao local, e qual o perfil de pessoa que é mais visada pela repressão. Várias foram as táticas para tentar sobreviver em um período de incertezas e perseguição. Analisarei algumas dessas táticas usadas por militantes nos períodos ditatoriais.

No livro “Los muros del silencio: relatos de mujeres, violencias, identidad y memoria”, conta a história de três mulheres que militaram de maneira clandestina na ditadura militar chilena. Ester Hernandez Cid relata sobre os momentos depois do golpe civil-militar, narra que por conta das perseguições muitos foram os/as militantes que precisaram entrar rapidamente para a clandestinidade, e por essa situação deixaram tudo o que tinham em casa, roupas, móveis, livro, etc. Ester teve a tarefa de juntar roupas para que fossem levadas para os/as companheiros/as.

Depois, algumas companheiras levaram outras malas a outros povoados e, como estavam muito bem vestidas, meio louras, quando os militares subiram ao ônibus não as revistaram. Assim, se

demonstraram os classistas e racistas que eram e que seguiam sendo. E as malas, além disso, iam embaixo, no bagageiro, entretanto, os militares não aperfeiçoavam seus métodos de investigação. (CID, 2012, p. 159)¹⁷

É possível argumentar que havia uma tendência conservadora dos governos ditatoriais que vigoraram na América Latina na segunda metade do século XX. Pregavam a moral e os bons costumes, a ideia de sociedade padrão, que não fugisse do que é “correto” na visão deles. Do meu ponto de vista, isso era uma falha da repressão, pois havia margem para serem enganados, e durante os períodos ditatoriais foi usada como uma arma a favor dos/as militantes que já conheciam maneiras de agir das forças repressoras. Estar bem vestidas, no caso do período uma saia ou vestido bonito e do tamanho correto, sairia muito mais despercebido que uma mulher usando calças de brim e um tênis. Assim como ser loura, sendo assim uma pessoa branca, seria menos visada do que se fosse negra ou indígena, pois para esses governos e a sociedade que os apoiavam eram na sua maioria racistas. Como infelizmente o preconceito de gênero, e o racismo, entre outro, ainda não foram superados hoje dia, vivemos ainda a mercê desses pensamentos.

No mesmo livro também tem os relatos de Teresa Veloso Bermedo, que morava em Concepción no Chile. Em um trecho ela conta sobre uma conversa que teve com uma mulher mapuche que também foi clandestina na ditadura anterior à de Pinochet com a mesma idade que Teresa tinha quando era militante do Partido Comunista Chileno. Ela alertou que esta ditadura seria mais longa e que os militares sempre são sanguinários, e deu um alerta para se mudar.

Com muita ternura me dizia pra eu me cuidar, que me fosse de Concepción, esta é uma cidade muito pequena para a clandestinidade, as pessoas se conhecem e tem medo. (BERMEDO, 2012, p.197)¹⁸

Cidades com Santiago, ou como exemplo do Brasil temos São Paulo, são cidades com um grande número de habitantes, esses lugares tendem a ter a repressão mais rígida. Por esse motivo os principais centros de operação se encontram nesses

¹⁷No original: Después, algunas compañeras trasladaron otras maletas a otros pueblos, y como estaban muy bien vestidas, medias rubias, cuando los milicos subieron al bus, a ellas no las revisaron. Ahí se demostraba lo clasistas y racistas que eran y seguen siendo. Y las maletas además iban abajo, em las maleteras, todavia los milicos no afinaban sus métodos de investigación.

¹⁸ No original: com mucha ternura me decía que me cuidara, que me fuera de Concepción, esta es una ciudad muy chica para la clandestinidad, la gente se conoce y tiene miedo.

espaços, como o DINA¹⁹ no Chile, e aqui no Brasil temos o DOI-CODI²⁰. Mas mesmo com toda organização dos órgãos de repressão, essas cidades continuaram sendo os melhores locais para se viver por conta do grande número de pessoas. A questão de muitas vezes morar em um condomínio e não conhecer todos/as os/as inquilinos/as que podem ser seus vizinhos de porta. Sendo mais fácil para alguém que precisa ser anônimo, que não saibam sobre seu passado, quem são seus pais e amigos, facilitando a criação de uma nova identidade. Diferente de cidades menores em que a maioria das pessoas se conhece desde pequenas, não tendo onde se esconder, porque os militares saberiam por onde procurar, e como conta a amiga de Teresa, pelo motivo desse contato as pessoas vão acabar contando para defender-se.

Outra tática que Teresa também conta no texto sobre sua vida na clandestinidade é a questão de se ter uma rotina nesse período. Pode-se pensar que todo mundo tinha uma vida, trabalhavam ou estudavam, às vezes tinham filhos, o que fazia ter como necessidade os horários de sair e chegar em casa, os dias de folga. Fica fácil perceber algo estranho quando a pessoa nunca sai de casa ou faz horários diferentes, como o de sair a noite.

Na clandestinidade, aprendes a viver em diferentes casas, a traçar uma rotina diária, tens que sair pelas manhãs e voltar à tarde, passar a imagem de uma vida normal, inventar-te uma história, dentro da qual não podes incluir e nem dizer que és estudante de sociologia. (BERMEDO, 2012, p. 198)²¹

Tudo precisava ser bem calculado e ensaiado na clandestinidade para não levantar suspeitas de quem estava por perto, Teresa precisava inventar histórias da sua vida, provavelmente sobre sua infância, onde estudou, e não poderia ter algum “fio solto” no que fosse contar. A ideia de estudar sociologia está relacionada ao fato de que muitos dos militantes de esquerda eram estudantes de sociologia, por este ser um curso de graduação com conteúdos que muitas vezes eram críticos à sociedade capitalista.

Em um regime autoritário os seus maiores inimigos são aqueles que lutam contra, ou seja, ser militante, guerrilheiro, ou qualquer outra maneira de enfrentamento com a opressão faz dessa pessoa a maior criminosa, colocando alguns outros crimes

¹⁹Dirección de Inteligencia Nacional (Diretoria de Inteligência Nacional)

²⁰DOI - Destacamento de Operações de Informação; CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

²¹ No original: En la clandestinidad, aprendes a viviren diferentes casas, te trazas una rutina diaria, tienes de salir en las mañanas y volver en la tarde, dar la imagen de una vida normal, te inventas una historia, dentro de la cual no puedes incluir ni decir que eres estudiante de sociologia.

com menos importância perante a lei. Prostituição e usuários de drogas não eram bem vistos, assim como hoje, e pode levar a prisão. Sabendo disso, a tática de se passar por alguma dessas modalidades era bem vinda, pois, mais vale ser culpado/a de qualquer crime que não seja contra a ditadura militar, porque com esses outros nada aconteceria além da prisão, não seria torturado/a e nem morto/a nas mãos dos torturadores.

Um exemplo disso é da chilena Ester, citada no começo deste sub capítulo, que, durante o período ditatorial precisou passar por situações como essas, não foi fácil e sofreu por usar essa tática, foi humilhada e mal tratada, mas fez com que pudesse escapar - pelo menos dessa vez - de uma prisão relacionada com sua militância. Quando foi abordado pelos militares em sua casa, foi lhe dado uma dica.

Nós chegamos a um acordo, nos nomes falsos dos companheiros, e nos disseram que *era preferível passar por prostitutas que por revolucionárias* e assim o fizemos. (CID, 2012, p. 161)²²

Em outra situação também com Ester, onde em um momento de dificuldade precisou queimar documentos e panfletos relacionados com a resistência.

Tinha uma fogueira no pátio e ali fomos queimando panfletos, documentos, o único que deixamos foi uma bolsa de maconha, assim foi que o companheiro se passou por maconheiro. (CID, 2012, p. 163)²³

Com esses dois relatos percebo que às vezes a prisão era inevitável, como nesse caso de Ester, as pessoas com quem ela morava tinham delatado para os militares que já estavam em sua casa esperando. Quando passou por prostituta, precisou dançar na frente dos militares, foi extremamente humilhada, mas foi uma escolha pensada, pois ao invés disso ela poderia ter sido torturada na prisão se contasse o seu verdadeiro envolvimento político, sendo esta uma tática provavelmente só poderia ter dado certo se fosse uma mulher. As escolhas não são fáceis, mas são necessárias quando se vive no extremo.

Outra questão é quando pensamos que muitas das pessoas clandestinas trabalhavam com outros nomes, poderia ser em fábricas, escritórios ou até mesmo faziam concursos públicos. Esses documentos poderiam ser pegos com o próprio grupo

²²No original: Nos pusimos de acuerdo, em los nombres falsos de los compañeros, y nos dijeron que *era preferible pasar por prostitutas que por revolucionarias* y así lo hicimos. (grifo da autora)

²³No original: tenía una fogata em el patio y ahí fuimos quemando panfletos, documentos, lo único que dejamos fue una bolsa de marihuana, así fue que el compañero pasó como marihuano.

onde tinham acesso a papéis oficiais do governo, ou como no caso de Inácio, já citado no começo do capítulo, quando conta sobre o dia que fez novos documentos, usando de sua simpatia e inteligência, ou seja, sua tática.

Aí eu fui num cartório e pedi uma certidão de nascimento, o cara perguntou o nome, eu disse que só lembrava do apelido, ele disse “não mas com o apelido como eu vou achar?” Eu disse “não, mas tem a minha idade”, “sim mas como você quer a certidão do seu amigo se tu não sabes o nome certo dele?” Eu disse, “mas tem a minha idade o nome eu não me lembro agora que não sei o que, posso dar uma olhada no livro?” O cara me deu o livro pra olhar [risos]. Aí eu folheei aquele livro com essa idade que eu pretendia ter procurado um nome, qual era a minha procura? Um nome que desse pra alterar facilmente, daí eu procurei um nome, Paulino, até procurei um pra mim e um para ela [aponta para a esposa]. Procurei o de Maria e o de Paulino, aí depois disse para o cara que não encontrei e no outro dia eu fui lá e pedi a certidão de Maria Isabel Schuvz e Paulino Maciel de Lima, de posse das certidões fui numa escola de datilografia, que naquele tempo tinha, primeiro olhei a máquina que o cara datilografou, só que naquela época isso já era 74, 74 não sei por que as certidões tinham uma tarja assim verde e amarela e quase não se lia nada, para tirar um Xerox, uma cópia, naquela época eram as primeiras máquinas, era uma trabalhão porque não ficava visível e tinha aquela tarja, verde e amarela na certidão. Era difícil de, mas foi assim, aí eu vi a máquina, fui numa escola de datilografia, paguei uma hora de máquina, fiquei lá entrando um papel, outro, tentando bater o R em cima do P, o T em cima do I de Maria, então dá Marta né, eles escreviam com letra maiúscula o nome, primeiro sem tinta, depois com tinta, até que no final deu certinho, vi como funcionava a máquina, um toque só, um toque só na outra e pus no envelope, paguei a hora e saí. (MAFRA, 2015, p. 18-19)

Com esse documento Inácio passou no concurso público do Branco do Brasil, onde precisou entregar essa documentação para fazer a prova. É interessante pensar em como o cartório, ou talvez a inocência do atendente naquele período deixou alguém olhar todos os nomes que ali constavam, e como fez valer esse documento, imagino que hoje em dia (difícil não pensar com tudo que está acontecendo na história política do Brasil) se houvesse uma nova ditadura militar, seria quase que impossível fazer documentos falsos por causa de toda burocracia e pensando que os dados pessoais atualmente estão na sua maioria em acervos digitais dificultando o acesso. Mas Inácio com essa estratégia conseguiu viver bem de acordo com a situação, obteve uma nova vida para si e sua esposa, onde constituiu uma família em meio a um momento extremamente conturbado. Pode ser interessante pensar, em como eles tiveram que

viver por anos com um nome que não era seu, sem contato com a família, e depois com a anistia poder contar para os/as filhos/as sua verdadeira identidade.

Para finalizar este sub capítulo, não poderia deixar de lado a estratégia de atuação clandestina dos militares, como os órgãos clandestinos criados após o AI-5 para combater a subversão onde utilizavam da tortura para obter informações, tendo um aparato extremamente pensado e organizado pelos militares, o lugar mais conhecido seria o DOI-CODI, onde contavam com funcionários 24 horas por dia, médicos que cuidavam das torturas para saber até quando o/a torturado/a iria aguentar, mecânicos, operadores de rádio e datilógrafo (FICO, 2015, p. 71-73). Sendo assim todo um espaço institucional com todo o material necessário para os horrores que ali faziam.

Também tinham como arma os próprios militares que se infiltravam nas organizações de esquerda para entender como essas funcionavam e para obter informação sobre as ações, como no caso do mais conhecido infiltrado do período, o Cabo Anselmo que entrou na VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, Anselmo foi responsável por muitas mortes, inclusive a de sua esposa grávida, no que pode ser considerado uma das mais cruéis ações da ditadura militar brasileira, o massacre da Chácara São Bento. (CARDOSO, 2012)²⁴

1.3 Algumas das dificuldades dessa escolha

Tornaram-se clandestinos. Nos nomes, nos rostos, nos documentos pessoais. Afastaram-se de seu grupo familiar, de amigos e de suas profissões. Deixaram suas casas, seus bens, suas roupas. Formaram a coluna vertebral de resistência aos militares. Reuniram-se febrilmente, fizeram planos estratégicos e de ação. Brigaram entre si e se abraçaram como nunca. Cada despedida, talvez fosse a última. O amanhã era absolutamente hipotético. A certeza do futuro terminava a cada pôr-do-sol. Tinham sido alijados das fileiras dos cidadãos brasileiros, cassados como profissionais, jubilados como estudantes, demitidos por decreto, de seu trabalho. (ARANTE, 1994, 65-66)

Quando estudamos pessoas que participaram da resistência à ditadura militar, não importa qual seja o país, buscamos sua experiência na luta armada, participação política, como fez para sobreviver à clandestinidade, prisão, tortura, e sua vivência no exílio. Só que às vezes não percebemos que acima de tudo eram pessoas, com suas particularidades, diferenças, sentimentos de amor e tristeza. Então, pensando dessa

²⁴ Para saber mais CARDOSO, Lucileide Costa. Entre o movimento estudantil e a luta armada: Eudaldo Gomes da Silva e o “Massacre da Chácara São Bento” (1960-1970)

maneira, vejo como é importante refletir sobre as dificuldades por trás da vida clandestina, família, solidão, filhos, etc. É isso que irei trazer para finalizar este capítulo.

Algo comum na clandestinidade é ter que deixar a família, não por rebeldia ou maldade, mas por medo e cuidado, pois também poderiam ser vítimas da repressão caso soubessem algo sobre os familiares que estavam na clandestinidade e também por ser um lugar óbvio para se esconder. Como no caso Arinda Ojeda, militante chilena do MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria, no livro da Tamara Aránguiz quando conta sobre o dia que viu sua mãe.

Eu venho a Concepción, desço em um mercado e quando vou descendo do ônibus, eu vejo minha mãe. Não a via desde que nos despedimos na Embaixada, que foi uma despedida brutal. Bom, a vejo e ela não sabia que eu estava ali. Ela passa conversando com uma amiga, estava diferente, tinha o cabelo comprido, estava muito magrinha. Ela não me viu, então eu deixei passar, me pus em uma vitrine e fiquei olhando porque imaginava que ela iria me ver e iria chamar meu nome, então, outra vez a mistura, a mistura de sentimentos. Essa é uma das coisas mais terríveis que eu teria que viver na clandestinidade.²⁵ (ARANGUIZ, 2007, p. 148)

Algo parecido também foi relatado por Aldo Arantes – clandestino por 11 anos no Brasil - no livro de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, quando conta também sobre um momento que lhe trás tristeza sobre seu pai.

(...) Meu pai morreu e pouco antes de morrer, ele sabendo dos riscos de segurança que enfrentava, pediu à mãe aos prantos que não me avisasse da morte dele. E eu só fiquei sabendo da morte de meu pai um mês depois dele ter sido enterrado. É claro que isso foi um choque muito grande para mim. Eu tinha uma relação muito profunda com meu pai... (ARANTES, 1994, p.67)

A família deveria ser constituída por pessoas que te ajudam e apoiam nos momentos mais difíceis, que estão lá para confortar as tristeza de algo que deu errado ou de uma pessoa querida que se foi, e esses são alguns de muitos problemas de acontecem com um/a clandestino/a, só que não poderiam contar com esse “porto seguro”. Não

²⁵No original: Yo vengo a Concepción, me bajo en el Mercado, y cuando voy bajando la micro, veo a mi mamá. No la veía desde que nos despedimos en la Embajada, que fue una despedida brutal. Bueno, la veo, e ella no sabía que yo estaba aquí. Ella pasa conversando con una amiga; ya estaba diferente, tenía el pelo largo, estaba muy delgadita. Ella no me vio, entonces, yo dejé que pasara, y me pongo en una vitrina, y me pongo a mirar porque me imaginaba que ella me iba a ver y me iba a llamar, entonces, era otra vez la mezcla, la mezcla de sentimientos. Ésa es una de las cosas más terribles que uno tenía que vivir en la clandestinidad.

poder ver a mãe em um mercado ou um último adeus em seu funeral são marcas que não poderão ser apagadas, momentos perdidos que não podem mais voltar. Percebo que era um sofrimento de ambos os lados, o/a clandestino que não pode falar com a sua família nos momentos difíceis, e do outro a família com a constante preocupação com o bem estar de seu parente.

Na clandestinidade a sua profissão, na maioria das vezes, é ser militante, trabalhar para a sua organização e lutar contra a ditadura, mas isso não é algo que garanta alimentação e ter onde morar. Aránguiz quando fala das três miristas chilenas (Soledad, Arinda e Cristina), comenta sobre as dificuldades financeiras que sofriam quando voltaram do exílio para ficar de maneira clandestina no Chile, onde precisaram colocar em perigo seus amigos e familiares para conseguir dinheiro para no mínimo manter uma estabilidade, mesmo que o próprio partido fosse contra.

A falta de recursos econômicos e humanos foi um dos problemas habituais que Arinda, Soledad e Cristina enfrentaram enquanto foram ilegais. O planejamento do retorno implicado por razões de seguranças dos/das clandestinos/as, que deveriam realizar seu trabalho político a margem de seus familiares e conhecidos, sobrevivendo unicamente com o dinheiro que o partido os proporcionara, pois na grande maioria dos casos não poderiam trabalhar. Entretanto, a realidade foi muito diferente quando as três militantes chegaram ao Chile, já que os recursos que contavam do MIR eram escassos e instáveis, o que significou que na prática tiveram que recorrer a parentes e amigos para sobreviver. (ARÁNGUIZ, 2007, p.161-162)²⁶

Para finalizar as análises deste capítulo, trago um dos exemplos de muitos que tiveram sobre o este assunto, a necessidade de deixar seu/sua filho/a aos cuidados de outra pessoa. O trecho vem da entrevista de Gladys Diaz, importante militante chilena vinculada ao MIR.

Eu vinha de uma experiência muito traumática e o que deveria ter feito era descansar. Mas não, descia de avião, subia em outro avião, a denunciar, denunciar, denunciar. Porque eu era a notícia nesse momento. Mas isso foi um erro, porque teve um custo muito alto para

²⁶No original: La falta de recursos económicos y humanos fue uno de los problemas habituales que Arinda, Soledad y Cristina vivieron mientras fueron ilegales. La planificación del retorno implicada que por razones de seguridad los y las clandestinos/as debían realizar su labor política al margen de sus familiares y conocidos, sobreviviendo únicamente con dineros que el Partido les proporcionaría, pues en la gran mayoría de los casos no podían trabajar. Sin embargo la realidad fue muy diferente cuando tres militantes llegaron a Chile, ya que los recursos con que contaba en MIR eran escasos e inestables, lo que significo que en la práctica tuvieron que recurrir a parientes y amigos para subsistir.

a minha saúde e para a minha relação com meu filho. Eu tinha que refazer uma relação com meu filho por que havíamos estado durante praticamente, quase quatro anos... Meu filho tinha cinco anos e eu o havia deixado com dois anos. Quando eu entrei para a clandestinidade, entrei com ele. Mas logo depois tive que deixá-lo porque era muito perigoso, expor o garoto a um tiroteio ou algo assim. Então o mandei à minha irmã. Então tive que refazer essa relação com meu filho, que quase não me conhecia e que estava cheio de raiva cheio de muita dor... Então, não dediquei tempo a isso, priorizei outras coisas, pela luta. (DIAZ, 2009, p. 22)

Gladys, como muitas outras pessoas que precisaram deixar suas crianças aos cuidados de parentes ou amigos. Pode parecer que essa escolha tenha sido fácil, seguir a vida sem ter alguém para cuidar. Mas, de acordo com a sua fala, pode ter sido a escolha mais difícil que ela precisou fazer, e não por um ato de egoísmo e sim de amor, por medo que algo acontecesse ao seu filho. Gladys era visada pela ditadura chilena, e não poderia colocá-lo em risco só para ter a criança com ela, pois além de mãe ela também era militante e estava lutando para que seu filho pudesse crescer em um lugar melhor.

Tendo em vista esse caso apresentado, e os outros já debatidos, pretendi trazer e problematizar alguns dos muitos exemplos sobre a vida na clandestinidade. A partir da leitura e análise desse capítulo, pude perceber como a vida clandestina para opositores/as estava relacionada com um constante risco de ser descoberto, preso e provavelmente torturado. A sobrevivência em uma condição como essa envolvia estar atento a diversos fatores e algumas práticas: conhecer os modos como a repressão agia; mudança de aparência; busca por novos documentos, dentre outros. Das inúmeras dificuldades ou problemas que poderiam ocorrer durante a vida clandestina, podem ser destacados: o registro de filhos/as; ter uma vida conjugal ou manter contato com a família; documentos; mudar aparência; etc. No caso de ações clandestinas por agentes repressores, podem-se destacar os espaços e para a prisão clandestina e a tortura, estar infiltrados para obter informações e uso de codinomes para esconder a identidade.

Por fim, tendo em vista que os exemplos tratados foram do Brasil e do Chile, é possível argumentar que táticas semelhantes foram utilizadas nesses dois contextos, o que sugere um *modus operandi* similar para os órgãos repressores desses dois países, tendo em vista que a vida clandestina ocorre por causa de uma privação de liberdade imposta pelo regime. Assim como existiu similaridade na maneira de agir dos/as clandestinos/as, e também nos problemas que precisavam enfrentar.

Capítulo 2 – Gênero e Clandestinidade no Brasil e no Chile: um estudo comparado

Nos últimos anos o tema gênero e ditaduras militares no Cone Sul estão ganhando mais atenção dos/as pesquisadores/as, concentrando-se na luta armada, participação política, igualdade nas distribuições de postos de liderança, etc., mas poucas são as pesquisas de viés da história comparada. (JOFFILY, 2010, p.2) Tais estudos merecem destaque e importância por diversos motivos, desde a necessidade de ainda se precisar ressaltar no vocabulário e principalmente na investigação de que a História não é somente o estudo de Homens ao longo do tempo ou também das diversas permanências que podem ser melhor compreendidas a partir desses estudos, isto é, de que ainda hoje o machismo predomina na nossa sociedade, apesar da história estar repleta de ações daquelas/es que lutaram contra as desigualdades de gênero. Nas linhas abaixo discute-se como relações de gênero faziam parte da clandestinidade e seu entendimento deve partir do pressuposto do conhecimento de aspectos da vida clandestina.

Reconhecer que homens e mulheres foram tratados, em muitas situações, de maneira diferenciada durante a clandestinidade está tanto relacionado com uma perspectiva de História que evidencia lutas e tensões ao longo do tempo como também de que, apesar dos estudos dessas ditaduras e seus grupos de esquerda terem já mobilizado muitos/as pesquisadores/as em suas investigações, “o conhecimento passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”, conforme Marc Bloch nos ensina. (BLOCH, 2001, p.75). Nesse caminho, acredito que as pesquisas em História desses grupos e período tornam-se mais elaboradas e complexas quando as relações de gênero não são consideradas como questões menores, mas sim um aspecto de como se dão as relações em sociedade.

Nesse ponto, é importante destacar que o feminismo ainda estava por ganhar força no decorrer dessas Ditaduras Militares, não se trata nesse estudo de uma investigação de mulheres que, na sua maioria já naquele período se identificavam como participantes de movimentos feministas, pois, por exemplo, no caso brasileiro, a maioria delas tomaria contato com essas ideias no exílio (PEDRO, 2010, p.124-125), o que não quer dizer que não poderiam ter contestado desigualdades de gênero durante a vida clandestina. No caso do Chile, muitas ainda no país tomaram contato com essas idéias também no exterior pelo exílio ou outros motivos (PEDRO, 2010, p.127-129).

Antes de iniciar com a análise, vale mencionar como o estudo de história das mulheres está próximo, em seus primórdios, da história oral. Segundo Silvia Salvatici:

Ambas foram produzidas (ao menos no que se refere à sua disseminação mais ampla) pelos movimentos sociais e políticos desenvolvidos a partir do final dos anos 1960. Em ambas, o estágio inicial foi dominado pela ideia de resgate de uma história oculta. Historiadores orais buscaram inserir as vozes que faltavam, a dos desfavorecidos, a fim de criar uma nova 'história vinda de baixo', enquanto feministas desejaram demonstrar o papel vital desempenhado por mulheres, no passado e no presente, por meio de uma reconstrução do passado, o que, pela primeira vez, conferiu uma atenção adequada às contribuições femininas. (SALVATICI, 2005, p.29)

Apesar das diferenças atuais no modo de tratar essas questões, isto é, sabe-se que na pesquisa em História não se resgata ou reconstrói um passado, continuam pertinentes esses questionamentos sobre uma história em que as mulheres estavam presentes e fizeram parte da dele. Além disso, hoje se busca não generalizar a ideia de que mulheres foram ou são um grupo homogêneo com demandas iguais, isto é, existem e existiram diferentes dificuldades e lutas para mulheres brancas e negras, mulheres pobres e ricas, por exemplo.

2.1 Relações de gênero nos grupos de esquerda na clandestinidade: a participação política das mulheres

Creemos que seja pertinente iniciar a análise da relação mulher-política com um duplo pressuposto: em primeiro lugar, *postulamos a existência de um protesto feminino contínuo*, de variadas dimensões, mas que tem permanecido *invisível* socialmente, tanto que não tem sido nem narrada nem reconhecida por suas protagonistas como *sua* história, como a história de seu gênero. Em segundo lugar, *que a expressão político-partidária da problemática feminina tem sido absolutamente contingente*, eventual na política geral, e se evidencia somente quando existem demandas femininas expressadas que, na luta com os partidos e com a sociedade, alcançam algum grau de importância, e isto, em geral, quando apresentam relação com o voto político ou com derivações sociais da relação mãe-filho. (KIRKWOOD, 1986, p. 50/ Grifo da autora)²⁷

²⁷No original: Hemos creído pertinente iniciar el análisis de la relación mujer-política con un doble supuesto: en primer lugar, *postulamos la existencia de una experiencia de protesta femenina continua*, de variadas dimensiones, pero que ha permanecido *invisible* socialmente, en tanto no ha sido narrada ni reconocida por sus protagonistas como *su* historia, como la historia de su género. En segundo lugar, *que la expresión política partidaria de la problemática femenina ha sido casi absolutamente contingente*, eventual a la política general, y se evidencia solo cuando hay demandas femeninas expresadas que, en

A fala de Julieta Kirkwood²⁸ acima citada evidencia como muitas vezes a participação política das mulheres foi ignorada na história, pois, são lembrados os grandes líderes, grandes comandantes, e eventualmente surge alguma matéria para mostrar “a mulher por trás do grande homem”, aquela que lhe ajudou, mas que não estava fazendo nada além do seu papel de mulher, ou seja, o papel de apoio. Claro que hoje em dia muitos/as pesquisadores/as então colocando mulheres no seu lugar devido, como agentes da história, tirando-as da invisibilidade e mostrando que a participação delas é/foi essencial. Diversos são os fatores que auxiliam com essa questão, desde a luta por igualdade das mulheres ou também de como as mesmas estão, cada vez mais, ocupando espaços de pesquisa em universidades em diversas áreas.²⁹

Nas ditaduras do Brasil e do Chile, muitas mulheres participaram dos grupos da resistência contra as ditaduras e pela construção do socialismo, através de várias maneiras, muitas pegaram em armas para participar da guerrilha urbana ou no interior, atuaram em panfletagem, na elaboração de jornais etc. O gênero não impediu que os militares esturpassem, torturassem e matassem essas mulheres, isto é, na repressão as mulheres não sofreram menos que os homens, apesar disso, quando atuavam lado a lado com homens nas ações dos grupos políticos de esquerda, nem sempre as mulheres foram tratadas igualmente. As relações de gênero presentes na sociedade em geral também estavam circulando nesses espaços de luta. A principal pauta destes grupos de militantes era destruir a desigualdade de classe, não era a de gênero. As mulheres estavam lá e lutaram pelo seu espaço, assim, nos parágrafos que seguem analisarei algumas falas de militantes do Brasil e do Chile para pensar como eram as relações de gênero na clandestinidade, como eram tratadas as mulheres, quais trabalhos conduziam, etc.

No documentário “Paredes Pintadas”, Sônia Lafoz, ex-guerrilheira brasileira da VAR-Palmares³⁰ e MR8³¹ que tornou-se clandestina em 1968, quando indagada sobre

lucha con los partidos y con la sociedad, logran en algún grado imponerse, y esto em general cuando dice relación con el voto político o con derivaciones sociales de la relación madre-hijo.

²⁸ Socióloga, cientista política e feminista chilena, precursora dos estudos de gênero no Chile. Professora da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, falecida em 1985.

²⁹ Não se pretende discutir ou revisar historiograficamente a ausência das mulheres como atuantes na História, sobre esse assunto, cf. bibliografias já citadas sobre gênero ou história das mulheres.

³⁰Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, foi resultado da fusão de vários grupos existentes durante a ditadura, entre eles; ORM-Polop, PCB e AP. Também agrupou originários no Movimento Nacionalista Revolucionário – MRN. Para saber mais conferir (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 315)

como era ser uma mulher em um ambiente considerado masculino, participando de sequestros, uso de armas para proteção, entre outras tarefas para o seu grupo, ressalta.

A gente tinha que manifestar que era capaz de fazer as mesmas coisas, o tempo inteiro, tinha componentes nesse sentido, às vezes a gente tinha que dividir o mesmo aparelho, o mesmo lugar em geral o número de mulheres era inferior, tinha mais homens que mulheres. (LAFOZ, 2010, 12:08-12:27)

É interessante pensar como em meio a tantos problemas relacionados à militância, luta pela sobrevivência, trabalhos internos, etc., conforme é possível perceber a partir da fala de Sônia Lafoz, as mulheres eram sujeitas aos mesmos perigos que qualquer homem do grupo, mas mesmo assim tinham que conviver com o preconceito dos companheiros, precisavam mostrar que poderiam fazer as mesmas coisas, que o gênero não interferia nas suas ações, no engajamento político e nem por estar em um número menor. Nesse caminho, não é difícil imaginar que mulheres buscavam oportunidades de ação iguais às dos homens.

Sobre esse ponto, vale expor a fala de Raul Flores Castillo, militante chileno do MIR, quando indagado sobre as mulheres nas ações dos grupos:

Creio que havia uma proporção menor de mulheres, mas existia. Se eu não me engano eram duas companheiras e cinco homens. Mas creio que essa questão da relação de igualdade, era um tema também, as mulheres também queriam participar nas ações militares, o mais provável é de que muitas companheiras tinham a função de proteger a organização, proteger também a sua família e construíram um acordo, mas se ela não quisesse reclamava e tinha toda a razão, mas pegava outra coisa, tinha que se fazer muitas coisas e socialmente também as mais habituais, para a fachada, geralmente as mulheres ficam com os filhos e os homens saem pra trabalhar cedo e só voltam mais tarde, essa era a norma social, e para proteger a vida clandestina todos tinham que estar dentro da norma social mesmo que se pensasse que essa norma social não correspondia ao socialismo. (CASTILHO, 2007, p.17)

É possível perceber, portanto, que de fato foi comum um número inferior de mulheres nos grupos brasileiros e chilenos, mas que elas devem ter buscado participar de atividades que deveriam ser habitualmente conduzidas e direcionadas aos homens. Pode-se destacar também que, em alguns casos, as mulheres deveriam trabalhar em

³¹ Movimento Revolucionário 8 de outubro, originou-se de uma dissidência do PCB no meio universitário de Guanabara – a DI-GB, que se formou a partir de 1964, em 1968 separa-se do PCB. (REIS FILHO, SÁ, 2006, p. 429)

atividades que eram, naquele período, identificadas como femininas, pois, em uma vida clandestina era necessário não chamar demais a atenção tanto de autoridades quanto de outras pessoas não ligadas aos grupos de resistência. Em outras palavras, havia a necessidade de se manter a aparência de uma família considerada como tradicional para a época, assim, uma mulher clandestina que precise permanecer em casa nem sempre significaria que ela estava em uma situação de inferioridade relacionada à luta. Os trabalhos executados pelas mulheres e homens na clandestinidade será retomado no decorrer desse capítulo.

Conforme já exposto, no Chile as mulheres também não chegaram a uma quantidade similar de pessoas que participavam da luta política. No livro “Mujeres en rojo y negro” em uma parte da obra sobre as percepções de gênero no MIR, a autora analisa a fala de Soledad e afirma:

Soledad, ao contrário, tem recordação do MIR como uma das organizações onde existia maior quantidade de mulheres. Esta diferença de percepção pode explicar-se pela diferença etária entre essas mulheres e porque a militância de Soledad foi produzida em um espaço estudantil, mais aberto, inclinado a mudanças... Apesar da substancial participação feminina observada por Soledad, o poder político que as mulheres tinham dentro do MIR era escasso e desproporcional. (ARÁNGUIZ, 2007, p.64)³²

Importante pensar que o MIR tinha um número maior de militantes mulheres quando comparado com os outros grupos políticos chilenos, isso pode estar relacionado com o espaço universitário em que ele foi formado e onde seus discursos e debates eram feitos. Conforme Cristina Scheibe Wolff afirma, ao abordar o porque de muitas pessoas virem das universidades para os grupos de esquerda nos países do Cone Sul (com a exceção do Paraguai):

a integração de estudantes universitários aos movimentos armados era uma constante, tanto para homens como para mulheres. Isto, é claro, liga-se à expansão das universidades neste período, à urbanização e à industrialização destes países também. Tanto que, em vários lugares, uma das primeiras medidas repressivas da ditadura foi o fechamento de cursos ou das universidades. (WOLFF, 2010, p.147-148).

³²No original: Soledad en cambio tiene el recuerdo del MIR como uno de las orgánicas donde existía mayor cantidad de mujeres. Esta diferencia de percepciones puede explicarse por la diferencia etárea entre estas mujeres, y porque la militancia de Soledad se produjo en un espacio estudantil, más abierto y proclive a cambios... A pesar de la cuantiosa participación femenina observada por Soledad, el poder político que las mujeres tenían dentro del MIR era escaso y desproporcionado.

Nesse sentido, as universidades seriam locais onde as pessoas sem distinção de gênero poderiam ter acesso a diversas informações e discursos, além disso, outras mulheres poderiam participar por identificação com outras militantes. Pode-se perceber isso a partir de uma fala de Soledad analisado por Aránguiz:

Soledad relembra enfaticamente a duas militantes que para ela representavam o que admirava no MIR: María Isabel Joui, companheira do colégio, através de quem ingressou na FTR³³ e Gladys Díaz, dirigente do MIR com que conviveu em Villa Grimaldi. María era uma referência para as estudantes do liceu, tanto no plano ético e intelectual como no estético, aspectos que eram imitados por Soledad e suas amigas da FER³⁴. Joui representava para suas companheiras um ícone da contracultura, vestido-se ao contrário das tendências da moda e ressaltada por isso entre as demais. Ao imitá-la Soledad e suas amigas descartavam o supérfluo e o arquétipo feminino cujo objetivo era agradar aos olhos masculinos. Os jeans e as botas marcavam uma nova moda entre elas, uma estética “revolucionária” mais de acordo com seus ideais e que todas seguiam religiosamente. (ARÁNGUIZ, 2007, p. 56)³⁵

É possível dizer que María Isabel e Gladys foram para Soledad, um exemplo de que as mulheres também podem fazer parte de algo maior, de lutar por um mundo melhor, onde a igualdade social entre as pessoas é um ponto muito importante. Nesse caminho, convém destacar que para entrar em um grupo político com ideias bem diferentes da realidade em que qualquer uma militante frequenta normalmente, diversas dificuldades farão parte desse engajamento: ter que participar de reuniões, realizar trabalhos voluntários, identificar-se com os ideais, muitas vezes precisar deixar a vida pessoal para o outro momento, ou seja, estar sujeita a várias situações que poderiam aparecer. É difícil ter um interesse imediato, então a importância da identificação, alguma mulher que se possa olhar e dizer “que também sou capaz”, “não estarei sozinha” é significativo. Portanto, nesse aspecto também é possível evidenciar diferenças de gênero, pois, normalmente havia mais militantes homens nos grupos, o que poderia também ser um fator que poderia distanciá-las de grupos diversos. Além

³³ Frente de Trabajadores Revolucionarios.

³⁴ Frente de Estudiantes Revolucionarios

³⁵ No original: Soledad recuerda enfáticamente a dos militantes que para ella representaran lo que admiraba en MIR: María Isabel Joui, compañera de colégio a través de la que ingresó al FTR, y Gladys Díaz, dirigente del MIR con la que compartió en Villa Grimaldi. María Isabel era un referente para las estudiantas del liceo, tanto en el plano ético e intelectual como en el estético, aspectos en los que era imitada por Soledad e sus amigas del FER. Joui representaba para sus compañeras un ícone de la contracultura, vistiéndose al contrario de los dictámenes de la moda, y resaltando por ello entre las demás. Al imitarla, Soledad y sus amigas optaban por desecharlo supérfluo y el arquétipo femenino cuyo objetivo es agraciarse ante los ojos masculinos. Los jeans y bototos marcaban una nueva moda entre ellas, una estética “revolucionaria” más acorde a sus ideales y que todas seguían religiosamente.

disso, tendo em vista que raramente encontrava-se alguma mulher em um papel de liderança, tal aspecto também poderia ser outro fator a influenciar uma menor adesão das militantes.

Assim, poucas foram as mulheres com o papel de liderança nas ditaduras brasileiras e chilenas, algumas como Gladys Diaz militante do MIR e Dinalva Oliveira Teixeira (Dina) da Guerrilha do Araguaia³⁶ chegaram a ter uma papel de destaque em seus grupos, mas nenhuma delas, mesmo com todas as qualidades que um/a militante poderia ter, chegaram a liderar o grupo. Lideraram, por vezes, algum sub grupo ou tiveram a vice-liderança. Gladys em sua entrevista concedida para o LEGH fala do seu papel no MIR.

Então, bem, o tempo da unidade popular é um tempo de grande ativismo para nós. De muito ativismo. Eu neste tempo aí eu passei a ser um quadro médio do MIR, uma dirigente média, mais perto do golpe é quando me torno membro da Direção Nacional do MIR (...). Eu passei à clandestinidade e dirigia o periódico “El Rebelde”, que era contra Pinochet, na clandestinidade. Eu fui a diretora. (GLADYS, 2007, p.8;13)

A guerrilheira brasileira Dina está desaparecida desde 1973, mas provavelmente foi assassinada em 1974 por militares que queriam acabar com a guerrilha do Araguaia. Dina é lembrada por onde passou, e teve papel importante na guerrilha.

Tinha grande preparo físico, facilidade em se locomover na floresta, personalidade forte de liderança e principalmente, muita habilidade com o manejo de armas. Exímia atiradora e com espírito combativo, foi a única mulher dentre as guerrilheiras a ser subcomandante de um destacamento da guerrilha – o destacamento “C” , o mesmo do também lendário guerrilheiro Oswaldão. (MEMÓRIA VERDADE E JUSTIÇA – TO, 2013)³⁷

Essas mulheres podem ter simbolizado mais que a luta contra a repressão, a busca por seus ideais e um país melhor, elas podem ter significado para muitas– mesmo que não soubessem no período - um exemplo de busca por igualdade de gênero, uma representação de liderança feminina em um espaço predominantemente masculino. Elas

³⁶ Grupos de guerrilheiros/as que lutavam contra a ditadura militar, ficavam localizados na Amazônia, próximo ao Rio Araguaia.

³⁷ Para saber mais, conferir: *Memória Verdade e Justiça – TO*. A História de Dina: Dinalva Oliveira Teixeira, uma Guerr(ilh)eira do Araguaia. Disponível em: <<https://mvjtocantins.wordpress.com/2013/08/06/a-historia-de-dina-dinalva-oliveira-teixeira-uma-guerrilheira-do-araguaia/>>. Acesso em 1 de junho de 2017.

mostraram que eram capazes de fazer as coisas e assim, podem ter se tornado exemplos para outras mulheres que tinham o desejo de entrar para esse espaço de luta.

2.2 Tarefas na clandestinidade: as relações de gênero nessas atuações

No caso das tarefas executadas por mulheres e homens dentro dos grupos de esquerda, as funções poderiam ser variadas, seria possível fazer parte da luta armada no campo ou na cidade, trabalhar na panfletagem, em jornais, no apoio aos/as companheiros/as que estavam clandestinos, trabalhos em fábricas, conseguir documentos novos, entre outras tarefas. A partir da leitura e estudo de entrevistas e outros trabalhos relacionados, é possível ressaltar que muitas dessas funções eram feitas tanto por homens quanto por mulheres clandestinos/as. Por exemplo, Derlei Catarina de Lucca, militante catarinense da AP quando feita uma pergunta em sua entrevista, que hoje se encontra no acervo do LEGH, sobre seus trabalhos na fábrica.

A Ação Popular tinha uma política de deslocamento de militante, e a decisão era: todos os militantes que eram estudantes ou trabalhavam em profissões liberais deveriam passar por uma experiência em fábrica. Então, na verdade a gente já iria em janeiro, o Ato Institucional nº5 só apressou a tomada de... a decisão já estava tomada, só apressou o fato de ter ido pra clandestinidade. Aí eu fui pra Curitiba, eu fui deslocada pra trabalhar na fábrica, então a Ação Popular arrumou toda a documentação com nome de Deise Campos. Aí eu passei a ser Deise Campos, fui trabalhar na fábrica. (DE LUCCA, 2015, p. 3)

Assim também como o Herbert de Souza (Betinho), em um caso similar ao de Derlei, foi militante da AP e precisou trabalhar em fábricas.

Me mandaram para a base. Aí vou para Santo André, com dois menos³⁸. Eu tinha que trabalhar em fábrica. Hemofílico, trabalhar em fábrica, com 30 anos de idade, carteira sem nenhum registro. (SOUZA, 1996, p 84)

Apesar dessas similaridades, Cristina S. Wolff destaca que, no caso da AP, comumente envia-se os homens para a integração no campo e as mulheres para as fábricas, com a justificativa de que seria mais fácil para elas viver nas cidades. Objetivava-se, com isso, “proletarizar-se, tornar-se verdadeiramente proletário, viver na

³⁸Referente à pontuação que a Ação Popular dava para o militante, e de acordo com esses pontos mudava seu trabalho com o grupo.

carne, na fome, nas mãos calejadas, a ‘experiência’ de ser proletário. Ao mesmo tempo, esperava-se que exercessem nestes lugares o papel de vanguarda revolucionária”. (WOLFF, 2010, p.141).

Pode-se perceber que quando se falava de trabalho nas fábricas, identificação com o proletariado, todas as pessoas com exceção das lideranças precisavam mostrar seu engajamento com o grupo, sem pensar se eram mulheres ou se poderia ser um risco a vida de algum/a companheiro/a, como o Betinho, que devido a sua doença qualquer corte poderia ser fatal. Betinho ressalta que na fábrica onde trabalhou 70% dos funcionários eram mulheres (BETINHO, 1996, p. 86).

Conforme explicado, trabalhar em fábricas era um ato político, no caso de compreender a vida proletária, mas também auxiliou financeiramente o/a clandestina e o grupo que estava inserido/a, e foi uma maneira de se esconder da repressão. As mulheres usaram de várias profissões com esses intuitos. Nesse aspecto, vale salientar como homens e mulheres trabalharam a fim de sobreviver nos mais diversos locais, para conseguirem fundos para o movimento, dentre outros motivos já mencionados.

Se havia a necessidade para que mulheres e homens trabalhassem, isso não significava que elas seriam tratadas igualmente na divisão de tarefas ou outras funções que precisavam ser executadas. Na fala de Maria Amélia de Almeida Teles, militante do PCdoB, é possível perceber alguns desses aspectos:

Com o golpe militar, as ações tornaram-se ainda bem mais difíceis. Eu morava e atuava em vilas operárias no meio de uma militância essencialmente masculina. Aprendi desde logo que a igualdade apregoada pelos comunistas não incluía as mulheres. Era comum eles me passarem tarefas sem travar nenhuma discussão política comigo que pudesse justificar meu empenho no trabalho. Eu reclamava e aí eles prontamente diziam: *A camarada tem razão, ela também deve receber o informe político antes de realizar as tarefas*. Eu me entusiasmava, na esperança de que tais atitudes não iriam mais se repetir... Ledo engano. O comportamento sexista prevalecia e continuava me discriminando e me excluindo dos debates políticos e, principalmente das decisões. (TELES, 2010, p. 286)

É possível relacionar esse modo diferenciado de tratar homens e mulheres, diminuindo-as, com o machismo da sociedade chilena e brasileira. Esse aspecto, que não deixou de levantar críticas no período, também pode ser percebido em outra fala, nas palavras de Raul F. Castillo:

Olha, se de repente no bairro onde eu morava com minha companheira, chegava a vizinha a pedir uma xícara de açúcar, a vizinha queria entrar, se eu estava cozinhando de avental, seria muito estranho, seria mais normal se estivesse a senhora da casa, além disso tinha que passar olhando de longe pra cozinha como se não fosse lugar pra homem, na clandestinidade também se tem que viver as normas sociais, se eu ficasse todo o dia em casa e ela saísse pra trabalhar seria estranho, assim como buscar as crianças na escola, porque vai ele, por que não vai ela? (CASTILLO, 2010, p.17)

Não se pode esquecer, ao analisar uma fala como essa, que na vida clandestina sempre havia o risco de ser descoberta como militante, isto é, chamar a atenção não era uma opção. Nesse sentido, deve-se ter em vista que havia críticas no período sobre isso, e que o trabalho doméstico como uma tarefa feminina, conforme Soraiá Carolina de Mello expõe, deve ser compreendido como uma questão:

culturalmente construída, [que] tem seu principal aporte na ideia da ‘naturalização’ dessas funções. A família, e em especial a maternidade, se mostram como as principais legitimadoras de tal relação, que traz em si o peso de séculos de reafirmação de que ‘ser mulher’ é ter cuidado, reclusão, dedicação, paciência; é se voltar para a esfera privada, é ser esposa e ser mãe. (MELLO, 2011, p.71)

Portanto, a divisão do trabalho doméstico durante a clandestinidade nem sempre era discutida ou considerada um problema entre companheiros e companheiras do grupo. Habitualmente, essa função era realizada pelas mulheres que viviam na casa. Deve-se evidenciar a complexidade desse tema, pois, ao mesmo tempo em que muitas buscavam uma maior igualdade, havia a necessidade de não fugir dos chamados “padrões”, ou seja, reforçar do gênero para evitar atrair atenção. De qualquer maneira, pode ter havido casos em que homens atuavam nas tarefas domésticas também, o que poderia ocasionar alguns perigos. Sobre esse assunto, Maria Amélia de Almeida Teles expõe que:

O trabalho doméstico também era feito, em sua maioria, por mim. Alguns companheiros ajudavam, mas nunca assumiam de fato o trabalho. Com exceção do meu companheiro, que, quando estava em casa, dividia comigo todas as tarefas o mais igualmente possível. Lembro-me que quando ele ia lavar roupa no tanque, no quintal, tinha que colocar uma cortina para esconder sua cara, pois as vizinhas olhavam e censuravam a cena. Homem não tinha que ir para o tanque, pois a mulher dele passava a ser mal vista. Estou me referindo aos finais dos anos 1960, tanto nas cidades do Rio de Janeiro como São Paulo. Mas quando ele se encontrava internado, a maior parte do trabalho doméstico ficava sob meu encargo. (TELES, 2010, p.285)

Ao estudar falas nesse sentido, deve-se ter em vista algumas características sobre o que é a evocação de um passado através da memória pela via da história oral, pois, as falas discutidas são expressas por pessoas que contaram com diferentes experiências posteriores à ditadura. Philippe Joutard, ao estudar o que é a memória e suas diferenças e aproximações com a História, salienta que a memória

tem uma relação direta, afetiva com o passado, visto que ela é, antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos. (...) A memória é terrivelmente seletiva e se concentra sobre alguns fatos. O esquecimento é de duas ordens: há o esquecimento daquilo que parece insignificante e não merece ser lembrado; e há o ‘esquecimento de ocultação’, o esquecimento voluntário, aquele do qual não se quer ter lembranças, porque ele perturba a imagem que tem de si. (JOUTARD, 2005, p. 223)

Em alguns casos, esse aspecto está mais explícito, como na fala de Margarita Iglesias:

O que acontece é que nos lugares que me tocou incorporar-me, onde eu me incorporava nunca vi uma diferença muito realizada e, [incompreensível] muitos anos depois eu fui notar a diferença entre homens e mulheres no interior do MIR, mas neste tempo não se tinha muito, e não havia numericamente, tampouco uma diferença muito grande. E depois, claro quando começa a se olhar outra perspectiva se dá conta que em lugares de incursões mais altas, há menos mulheres! Mas até onde eu alcancei, eu criei muitos lugares e os dirigi, nunca tive problemas por ser uma mulher.(IGLESIAS, 2007, p.12)

Em meio a luta contra a ditadura militar, pode-se pensar que a igualdade de gênero, ou a percepção dos números de participantes mulheres, por exemplo, parecia não ser uma inquietação em sua mente, o que pode estar relacionado ao tema não ser abordado enquanto era clandestina, pois, a militância tinha objetivo de lutar contra a ditadura. Não era uma pauta levantada pelas lideranças, pois a sua maioria era de homens, além disso, de acordo com Joana Maria Pedro as movimentações relacionadas a “Segunda Onda do Feminismo” começaram a ocorrer no Cone Sul apenas a partir de 1970 com características próprias em casa país. (PEDRO, 2010, p. 115). Além disso, as ditaduras militar “além de serem antidemocráticas e de definirem formas de apropriação de riquezas que ampliaram as diferenças de classes, foram antifeministas.” (PEDRO, 2010, p.117) Apesar das esquerdas serem machistas, foram nelas que as mulheres tiveram espaço para atuar politicamente.

Relacionado a esse tema, Cristina Chacaltana, militante mirista partiu de uma ideia semelhante à de Iglesias, assim, em meio à luta, não parou para pensar nas relações de gênero em que estavam inseridas, quando repensa sua trajetória política na análise de Aránguiz:

Hoje em dia, Cristina olha para trás e questiona o tipo de trabalho político que ela tinha que fazer em um segundo momento da clandestinidade. Seus trabalhos fundamentais foram de apoio ao trabalho realizado por seu marido, que era encarregado militar da zona, portanto trabalhava sozinha. Essa situação a fez sentir que sua militância não era clara, e na atualidade questiona a invisibilização do trabalho que realizou, posto que se ocultou atrás de seu marido. (ARÁNGUIZ, p.146)³⁹

É sabido que a vida clandestina impunha uma série de dificuldades para manter ações cotidianas de trabalho, pois, o inimigo a ser vencido era um governo Ditatorial que utilizava dos mais diversos recursos para obter informações sobre seus opositores, de prisões arbitrárias a práticas de tortura, assim, a compreensão do que foi a vida clandestina, tendo como categoria de análise o gênero, deve partir do pressuposto e entendimento que o objetivo de criação de manutenção desses grupos de oposição à Ditadura não era a busca por igualdade entre homens e mulheres. Isso não quer dizer que as pessoas não deixavam de repensar suas ações, organização do grupo e entendimento sobre a realidade por diversas razões.

Conforme buscou-se destacar no decorrer deste trabalho, é possível argumentar que houve momentos durante a clandestinidade nos quais mulheres questionaram ou reavaliaram a sua realidade com desigualdades nos grupos frente aos homens, de maneira semelhante, também foram apresentadas situações em que entrevistadas deixam explícito que essa percepção foi uma construção posterior. A partir disso, é possível perceber que raramente as mulheres obteriam papel de liderança nesses grupos e que sua ascensão poderia estar associada com um “ideal” de militante com características de um estereótipo masculino. Sobre isso, vale destacar a fala de Eleonora Menicucci de Oliveira:

³⁹No original: Hoy día, Cristina mira hacia atrás y se cuestiona el tipo de trabajo político que le toco hacer en ese segundo momento de la clandestinidad. Sus labores fundamentales fueron de apoyo a la labor que realizaba su marido, quien era escargado militar de la zona, por lo tanto trabajaba sola. Esta situación Le hizo sentir que su militancia no era clara, y en la actualidad cuestiona la invisibilización del trabajo que realizo, puesto que se oculto trás el de su esposo.

primeiro que as mulheres dificilmente chegavam a um cargo de poder... [Mas tu eras a chefe?] Eu era. Fui uma das poucas. Por que? Eu me travesti de masculino. Eu tinha atitudes masculinas, eu tinha atitudes... [Quais são as atitudes masculinas?] Determinar entre... simbolicamente e a representação do masculino. Era decidida, determinada, forte, sabia atirar. Sendo que muitas mulheres sabiam isso tudo. (OLIVEIRA, 2004, p.9)

A fala de Eleonora deve ser compreendida na complexidade das relações sociais que faziam parte da clandestinidade e sociedade como um todo, assim, conforme já se discutiu, ela destaca que raramente mulheres alcançavam cargos de chefia, que pareciam restritos a um certo ideal de homem forte e determinado. Pode-se questionar se sua ascensão significou uma quebra no esperado para grupos de esquerda, ou grupos políticos do momento, devido a uma mulher estar na posição de liderança, ou se sua associação com atitudes masculinas não poderiam reforçar essa desigualdade. Não se pretende aqui fechar esta questão, mas sim manter o debate e evidenciar que nos grupos, apesar das poucas mulheres, houve aquelas que buscaram mais do que era esperado para uma mulher nesses espaços/momentos.

Os militares sempre estavam procurando aqueles/as que estavam usando a clandestinidade para não serem pegos, e em diversas ocasiões os/as clandestinos/as precisavam usar do pensamento rápido para escapar de uma prisão, como já foi tratado no capítulo anterior. Um outro caso é o de Derlei em que seu uniforme foi seu escudo, pois, trabalhava como babá, que até hoje é um profissão exercida na sua maioria por mulheres.

Fui trabalhar como empregada doméstica, de babá. E o vestidinho de babá pra mim foi a melhor segurança que tive. A babá, o empregado doméstico, o faxineiro, ele se torna invisível, ninguém enxerga. Então eu saía com o carrinho, eram duas crianças. (DE LUCCA, 2015, p.16)

Damaris Lucena foi militante da VPR, era pobre, negra e mais velha que a maioria das militantes, e passou o período da ditadura militar na clandestinidade com seu marido e filhos. No documentário “Paredes Pintadas” contou sobre um momento em que levava armas do grupo no seu carro.

Um dia nós viemos com as armas, eu e meu filho, e aí o carro quebrou na estrada, entrando na Fernando Dias, o carro quebrou. Nossa Senhora, e o carro cheio de arma, eu e meu filho. Aí meu Deus, e agora? Escuro, aí eu desci e ele desceu também, aí veio os policia, aí eu falei “ó seu policial, quebrou o carro, [interrupção], eu fico aqui”, e ele disse “a senhora não fica aqui não, tem muita gente ruim, inclusive

tem esses terroristas aí que dizem que estão atacando gente aí de noite, fica aqui não minha senhora, vamos ali para o posto”. E o carro cheio de armas, ainda bem que estava tudo coberto, aí eu entrei no carro e eles me levaram, me deixaram lá depois veio lá e arrumara, o borracheiro arrumou o carro e tal. (LUCENA, 2010, 20:56 – 21:54)

O que tem em comum com as personagens é apenas seu gênero, todas são mulheres que para os militares passaram despercebidas, como se uma babá e uma mãe não pudessem fazer parte de algum grupo de oposição. Derlei tinha a profissão de babá como proteção, pois dificilmente alguém iria investigar quem cuida de uma criança, pelo seu forte vínculo com a maternidade. Assim como Damaris, se fosse um homem no carro será que ele seria revistado? Como era uma mulher, que era negra, de classe baixa e estava com seu filho, o policial que a parou não viu nenhuma estranheza nesta situação. O que me faz pensar, que os militares tinham um estereótipo do que seria uma mulher na luta armada, uma mãe e uma babá não seriam capazes de atos de “terrorismo”.

Por fim, deve-se destacar também que a análise sobre desigualdades entre homens e mulheres durante a clandestinidade nos grupos de oposição às Ditaduras de duas realidades, Chile e Brasil podem auxiliar mais a compreender semelhanças entre esses dois países, pois é importante compreendê-los como parte de um processo político em comum. Aspectos como as ditaduras, redemocratização, espaços políticos, estão unidos um mesmo processo histórico que englobou forças e tendências semelhantes. Nas palavras de Maria Ligia Coelho Prado.

Na medida em que a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes – a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Unidos, a preeminência inglesa e depois a norte-americana, para ficar nas temáticas tradicionais – não há, do meu ponto de vista, como escapar às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é mais eficaz, para o historiador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola. (PRADO, 2005, p.12)

Nesse sentido, tendo em vista as diversas semelhanças encontradas entre essas duas realidades em questão, pode-se dizer que a comparação pode auxiliar a compreender quais tendências sociais e culturais do modo como mulheres e homens eram tratados se desenvolveram na América Latina e também trazer para a ordem do dia

algumas das dificuldades presentes ainda hoje para o acesso de mulheres a cargos políticos e espaços de liderança.

Conclusão

No decorrer deste trabalho discuti sobre as dificuldades de se viver na clandestinidade, que era uma maneira das pessoas que eram vistas como inimigas das ditaduras conseguirem sobreviver e continuar sua luta. Percebi que foram momentos de grandes dificuldades e incertezas; que precisaram trocar de casa, mudar seus nomes, perder contato com a família etc. Tais ações foram orientadas para se poder escapar de uma prisão que os/as levariam a situações como torturas de extrema barbárie, que muitas vezes levaram a morte, e a importância de proteger seus amigos e familiares, que também eram visados pela repressão. Para sobreviver precisaram fazer documentos novos, algumas vezes entregues por seus grupos ou precisavam arranjar sozinhos.

A ditadura brasileira durou 21 anos e a chilena entre 15 e 17 anos, o que resultou para muitos/as militantes um longo período na clandestinidade em que, como qualquer ser humano, relações afetivas foram comuns. Nessa situação, a maternidade não era algo incomum de ocorrer durante a clandestinidade, assim, houve casos de pessoas que viram a necessidade de ter essas crianças com outros nomes, e enquanto iam crescendo precisavam ser trocados, e muitas vezes para que a militante pudesse voltar para a luta, era necessário deixar o/a filho/a com amigos e familiares. Tais situações me fizeram perceber que a maternidade e suas consequências foram um dos maiores arrependimentos dessas mulheres.

No segundo e último capítulo utilizei o gênero como categoria de análise, para compreender e perceber essas relações em meio à clandestinidade. Com a análise das fontes percebi que poucas foram as mulheres que ascenderam a cargos de liderança, e as que fizeram parte estavam como líder de algum sub grupo, foram em poucos casos que encontrei mulheres que fizeram parte da direção principal. Em meio à militância clandestina, os trabalhos a fazer eram vários, mas muitas foram às reclamações sobre o pouco de informações que as militantes tinham sobre a tarefa que faziam, como se não fosse necessário as suas opiniões, colando-as em papel de apoio.

As conclusões que cheguei com meus estudos, pesquisas e análises que debrucei sobre as fontes, foi que as mulheres estavam lá, em número inferior, mas estavam, e em ambas as ditaduras as hierarquias de gênero eram extremamente perceptíveis, ou seja, as mulheres não eram colocadas como detentoras de opinião, precisaram mostrar que eram capazes de fazer as mesmas coisas que um homem, ou melhor que eles. Em diversos momentos elas eram vistas como capazes de executar tarefas ou liderar militantes

quando de alguma maneira se “masculinizavam”, sabiam lutar, aprender táticas e mudar suas vestes, ou seja, transformar-se em um estereótipo das qualidades de um homem.

A partir dessas considerações gerais e observando de maneira comparada essas duas ditaduras, é possível ressaltar que muitas foram as similaridades sobre a necessidade de se entrar na clandestinidade no Brasil e no Chile. Nesses dois países pude perceber semelhanças nas táticas e maneiras de agir na clandestinidade, além disso, sobre as relações de gênero, em ambos os casos, as mulheres não possuíam igualdade de acesso aos cargos superiores dentro das organizações ou no tratamento como militante entre as demais pessoas, de maioria masculina.

FONTES

ARANQUIZ, Tamara Vidaurrazaga. *Mujeres en rojo y negro: memoria de tres mujeres miristas: 1917-1990*. 1ª Ed. Buenos Aires: América Libre, 2007.

CASTILLO, Raul Flores. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (digital). Acervo LEGH/UFSC. Chile, 26/06/2007. Transcrita por Vivian Moretti. Revisada por Luana Lopes.

DE LUCCA, Derlei Catarina. Entrevista concedida à Camila Nascimento, Mirian Nascimento e Musa Santos. Florianópolis – SC – Brasil. 03 de setembro de 2015. Acervo do LEGH/UFSC.

DIAZ, GLADYS. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (digital). Chile, 06/2010. Acervo LEGH/UFSC. Transcrição por Lílian Back. Revisada por Yarssan Dambros.

GARCIA, José. Entrevista Realizada por Joana Maria Pedro, Andréia Amorim e Camila Nascimento Azevedo em Itapema em fevereiro de 2016. Transcrição por Musa Santos e Andreia Amorim. Acervo do LEGH.

IGLESIAS, Margarita. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (digital). Chile, 06/2010. Acervo LEGH/UFSC. Transcrita por Priscila Carboneri. Revisada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko.

JOFFILY, Olívia. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, Joana V. Borges e Sérgio S. Júnior. Florianópolis, Brasil, 07 de maio de 2009. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas. Acervo do LEGH/UFSC.

MAFRA, Inácio. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, Camila Nascimento Azevedo, Andreia Amorim e Musa Santos. Florianópolis SC, Brasil. 13 de Dezembro de 2015. Acervo do LEGH/UFSC.

Memória Verdade e Justiça – TO. A História de Dina: Dinalva Oliveira Teixeira, uma Guerr(ilh)eira do Araguaia. Disponível em: <<https://mvjtocantins.wordpress.com/2013/08/06/a-historia-de-dina-dinalva-oliveira-teixeira-uma-guerrilheira-do-araguaia/>>. Acesso em 1 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (1 fita cassete). Cárceres - MT, Brasil, 14/10/2004. Acervo do LEGH/UFSC.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.284-292.

SETENTA. Direção: Emília Silveira. Produção: Rosane Hatab; Marcia Pitanga. Documentário. 96 min, Brasil. (2013).

SOUZA, Herbert José de. No fio da navalha: Herbert José de Souza (Betinho); Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996.

PAREDES Pintadas. Direção: Pedro Santos. Produção: Fernando Crocomo. Documentário. 58:18 min, Brasil. (2010).

PAZ, Edelmira Carrillo; CID, Ester Hernandez; BERMEDO, Teresa Veloso. Los muros del silencio: relatos de mujeres, violências, identidade y memoria. Editora Escaparate: Chile, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto Re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

FGV CPDOC. Fatos e Imagens: O AI-5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em 01 de junho de 2017.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

JELIN, Elizabeth. El género en las memorias. In; _____. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002, p.99-116.

JOFFILY, Mariana Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-19910). *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.2, n.1, p.111-135, Jan/Jun, 2010.

_____. *No Centro da Engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)* Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar História e Memória. Escritos. Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ano 1, n.1.2007. p.223-235. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero01/FCRB_Escritos_1_9_Philippe_Joutard.pdf>. Acesso em 31/07/2016.

KIRKWOOD, Julieta. *Ser politica en Chile: las feministas y los partidos*. FLACSO? Santiago de Chile, 1986.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MELLO, Soraia Carolina de. A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasil e da Argentina. IN. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistência, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p.71-92.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda”. Corpo, prazer e trabalho. In. PINKSY, Carla Bassanezi; _____. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-259.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. In: *Revista de História*. São Paulo, 2005. p.11-33

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Musa. *Clandestinidade e relações de gênero no Brasil na década de 70*. TCC (em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v.8, n.1, p.29-42, jan-jun, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n.16(2), jul/dez, 1990. .

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WOLFF, Cristina Sheibe. O Gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. In. PEDRO, Joana Maria; _____. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.138-155.